



UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA



OBSERVATÓRIO PERMANENTE VIOLÊNCIA & CRIME

OPVC

# Relatório

Diagnóstico Local de Segurança  
Estudo Exploratório - Pólo  
Universitário de Asprela

Laura M. Nunes & Ana Isabel Sani

# **Relatório**

## **Diagnóstico Local de Segurança**

### **Coordenadores do estudo**

Laura M. Nunes  
Ana Isabel Sani

### **Colaboradores de investigação**

Cristiano Nogueira, João Leal da Silva,  
Helder Fernandes, Rachel Sampilo,  
Sara Beça, Simão Pinto,  
Sónia Caridade e Vera Azevedo

**Conclusão do relatório:** abril, 2015

**Data de Publicação:** 2016

**ISBN:** 978-989-643-138-9

**Edições:** Fundação Fernando Pessoa

**Local:** Porto



# Índice

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>Sobre o Pólo Universitário de Asprela .....</b>	<b>4</b>
<b>Enquadramento Conceptual .....</b>	<b>5</b>
<b>Método .....</b>	<b>8</b>
<b>O Inquérito: Resultados .....</b>	<b>9</b>
A. DADOS SÓCIODEMOGRÁFICOS .....	9
B. PERCEÇÃO DE SEGURANÇA / INSEGURANÇA.....	14
C. VITIMAÇÃO.....	21
D. CONTROLO SOCIAL .....	41
E. PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA .....	49
<b>Análise Reflexiva dos Resultados.....</b>	<b>55</b>
<b>Referências.....</b>	<b>63</b>

## Índice de Tabelas

Tabela 1. Distribuição por frequências quanto ao sexo.....	9
Tabela 2. Distribuição por frequências quanto à idade por intervalos.....	9
Tabela 3. Distribuição por frequências quanto à nacionalidade.....	10
Tabela 4. Distribuição por frequências quanto ao estado civil. ....	10
Tabela 5. Distribuição por frequências quanto à escolaridade. ....	11
Tabela 6. Distribuição por frequências quanto ao estabelecimento de Ensino Superior frequentado.....	11
Tabela 7. Distribuição por frequências quanto ao tipo de habitação. ....	12
Tabela 8. Distribuição por frequências quanto à situação ocupacional. ....	12
Tabela 9. Distribuição por frequências relativamente às pessoas com quem coabitam. ....	13
Tabela 10. Perceção de (in)segurança.....	14
Tabela 11. Fundamentos para a perceção de (in)segurança.....	15
Tabela 12. Perceção da evolução da criminalidade. ....	16
Tabela 13. Fundamentos para a perceção da evolução da criminalidade.....	16
Tabela 14. Perceção dos crimes mais praticados.....	17
Tabela 15. Perceção dos crimes mais temidos.....	18
Tabela 16. Condições favorecedoras do crime.....	19
Tabela 17. Incivildades identificadas. ....	19
Tabela 18. Vítimas/Não vítimas de crime nos últimos 5 anos. ....	21
Tabela 19. Tipologia de crimes para a vitimação.....	22
Tabela 20. Consequências da vitimação. ....	22
Tabela 21. Período do dia em que ocorreu o crime. ....	23
Tabela 22. Local de ocorrência do crime.....	23
Tabela 23. Situação da vítima, quanto a estar só ou acompanhado.....	24
Tabela 24. Relação ofensor - vítima.....	24
Tabela 25. Contacto / não contacto com as autoridades.....	25
Tabela 26. Motivos para o contacto /não contacto com as autoridades. ....	25
Tabela 27. Formalização/Não formalização da queixa.....	26
Tabela 28. Motivos para a formalização/não formalização da queixa. ....	27
Tabela 29. Perceção das medidas tomadas pelas autoridades. ....	28
Tabela 30. (In)satisfação face às medidas tomadas pelas autoridades. ....	28

Tabela 31. Motivos para a (in)satisfação com as medidas tomadas.....	29
Tabela 32. Pessoas conhecidas vítimas de crime nos últimos 5 anos.....	30
Tabela 33. Relação participante – vítima (vitimação indireta).....	30
Tabela 34. Tipologia de crimes sofridos pelas vítimas (vitimação indireta) .....	31
Tabela 35. Consequências da vitimação (vitimação indireta) .....	31
Tabela 36. Período do dia em que ocorreu o crime (vitimação indireta).....	32
Tabela 37. Local de ocorrência do crime (vitimação indireta). .....	33
Tabela 38. Situação da vítima, quanto a estar só ou acompanhada (vitimação indireta). .....	33
Tabela 39. Relação ofensor – vítima (vitimação indireta).....	34
Tabela 40. Contacto/Não contacto com as autoridades (vitimação indireta).....	34
Tabela 41. Motivos para o contacto / não contacto com as autoridades (vitimação indireta). ....	35
Tabela 42. Formalização/Não formalização da queixa (vitimação indireta). .....	36
Tabela 43. Motivos para a formalização/não formalização da queixa (vitimação indireta). .....	37
Tabela 44. Perceção das medidas tomadas pelas autoridades (vitimação indireta). .....	38
Tabela 45. (In)satisfação face às medidas tomadas pelas autoridades (vitimação indireta).....	39
Tabela 46. Motivos para a (in)satisfação com as medidas tomadas (vitimação indireta).....	39
Tabela 47. Perceções da ação dos agentes de autoridade. ....	41
Tabela 48. Fundamentação das perceções da ação dos agentes de autoridade.....	42
Tabela 49. Grau de (in)satisfação quanto à ação dos agentes de autoridade.....	43
Tabela 50. Fundamentação da (in)satisfação quanto à ação dos agentes de autoridade.....	44
Tabela 51. Frequência do recurso ao apoio de colegas, amigos ou vizinhos.....	45
Tabela 52. Fundamentação do recurso ao apoio de colegas, amigos ou vizinhos.....	45
Tabela 53. Frequência do recurso a entidades locais de apoio.....	46
Tabela 54. Fundamentação do recurso ao apoio de entidades locais.....	47
Tabela 55. Recurso a entidades formais.....	48
Tabela 56. Anos de estudo no Pólo Universitário da Asprela. ....	49
Tabela 57. Mudanças percebidas para melhoria da qualidade de vida. ....	50
Tabela 58. Mudanças percebidas para aumentar a segurança.....	51
Tabela 59. Disposição para colaborar/não colaborar no sentido da maior segurança. ....	52
Tabela 60. Fundamentação para colaborar/não colaborar com as autoridades. ....	52
Tabela 61. Presença / Ausência de ligação do indivíduo ao local onde estuda atualmente.....	53
Tabela 62. Fundamentação para a existência/ausência de sentimentos de pertença à comunidade.....	54

# Introdução

---

Paranhos constitui uma freguesia da cidade do Porto, cuja característica mais notória é a inclusão do pólo universitário da cidade, dele fazendo parte diversas faculdades da Universidade do Porto, para além das muitas outras universidades aí presentes e de que faz parte a Universidade Fernando Pessoa, à qual pertence o Observatório Permanente Violência e Crime (OPVC) cuja equipa realizou o presente estudo.

O Pólo Universitário de Asprela, inaugurado com a instalação da Faculdade de Economia naquela região da cidade (Oliveira, 2013), constitui hoje um vasto espaço onde circulam milhares de estudantes, pelo que acaba por apresentar características muito especiais, relacionadas com a especificidade da população que ali circula e com o respetivo estilo de vida. Assim, esta população tem uma exposição diferencial ao risco, comparativamente ao comum dos cidadãos, em parte, muito favorecida pelos seus hábitos (rotinas) (Cohen & Felson, 1979) e estilos de vida (Hindelang, Gottfredson, & Garofalo, 1978) que propiciam algumas regularidade e previsibilidade de condutas e que podem constituir, muito facilmente, elementos facilitadores do delito. Trata-se, quase sempre, de um grupo de sujeitos que se encontra muitas vezes deslocado de casa, afastado dos progenitores, estando muito só numa cidade que pouco conhece e onde tem pouca ou nenhuma supervisão. Portanto, e como facilmente se adivinhará, o estudante com estas características está mais vulnerável à vitimação, atraindo também as atenções dos que apresentam comportamentos delituosos, quer pelos aspetos acabados de referir, quer por outros que se apresentarão mais adiante, neste relatório.

É sabido, até pela experiência e observação levada a cabo por forças de controlo social formal, como é o caso da Polícia de Segurança Pública (PSP), que a região aqui em análise apresenta um tipo específico de criminalidade, com situações de vitimação que revelam contornos especiais e que, note-se, nem sempre são reportadas às autoridades. Também por esse motivo, este estudo foi desenvolvido por solicitação e em parceria com o Comando Metropolitano do Porto – PSP, sendo apresentado em parceria com a Câmara Municipal do Porto, que muito se têm empenhado em analisar o crime nesta cidade, tendo em vista a adoção de medidas preventivas mais eficazes e de ações interventivas mais produtivas.

Assim, e através do protocolo estabelecido entre aquela polícia e a Universidade Fernando Pessoa, a que pertence o OPVC cuja equipa foi responsável pela pesquisa aqui apresentada, foi desenvolvido um esforço conjunto de articulação entre a investigação científica e a sua aplicação à melhoria das condições de vida das populações, especificamente da constituída por estudantes universitários. Essa meta impôs que o estudo se focalizasse no seu objetivo geral, de obter um conhecimento mais profundo e, simultaneamente mais alargado, a respeito das especificidades da população estudantil universitária, em termos de criminalidade e (in)segurança percebidas. Mais especificamente, esta análise comunitária propôs-se captar a perceção dos estudantes quanto a aspetos como a criminalidade presente e/ou temida, as experiências de vitimação vividas e/ou conhecidas, a ocorrência de delito reportado e não reportado, a atuação das instituições formais de controlo social que ali operam, a maior ou menor satisfação com as medidas tomadas por essas forças de segurança, e o envolvimento comunitário dos jovens estudantes.

O estudo, de carácter exploratório, pretendeu, genericamente, alcançar resultados que permitissem desenhar uma segunda análise, mais profunda e alargada, em que se estudarão as diversas universidades que integram esta área da cidade do Porto. A ideia basilar desta pesquisa remete para o facto de que um policiamento focalizado e orientado afeta positivamente o controlo do crime, promove a ordem pública e, obviamente, melhora a qualidade de vida das populações (Dixon & Maher, 2004), neste caso, dos estudantes do Pólo Universitário de Asprela. Daí o imperativo de se aproveitarem ao máximo as conclusões deste estudo e, futuramente, se realizar um outro, que possibilite o levantamento de informação relativa à criminalidade e à segurança/insegurança percecionadas pelos muitos estudantes das numerosas universidades ali instaladas.

As análises até aqui apontadas, de que se salienta, para já, este estudo, emergem dos designados Diagnósticos Locais de Segurança (DLS) que, internacionalmente conhecidos, se têm revelado muito proveitosos em diversos cenários e ao nível da cooperação interinstitucional tendo em vista, sobretudo, a prevenção criminal (Direcção de Administração Interna, 2009).

O desenvolvimento de DLS's possibilita a obtenção de elementos que permitem traçar planos de intervenção mais arrojados e adequados, bem como desenhar e implementar

programas de prevenção mais efetivos, quer nos seus resultados, quer no tempo de obtenção dos mesmos.

Este relatório resulta precisamente dessa análise, centrada no Pólo Universitário de Asprela, onde se passou ao desenvolvimento de um inquérito que abarcou alunos de três das Universidades que aí se encontram. Portanto, neste relatório, começar-se-á pela breve caracterização do Pólo Universitário de Asprela, seguindo-se o enquadramento teórico que permitirá contextualizar o estudo para, posteriormente, se passar ao método, que incluirá o procedimento, a descrição do material usado, e a caracterização da população inquirida. Finalmente, haverá lugar para a apresentação e discussão dos resultados e, por último, para as conclusões e projeções sobre o futuro estudo a desenvolver.

# Sobre o Pólo Universitário de Asprela

---

Atualmente o Pólo Universitário de Asprela conta com diversas universidades e várias faculdades da Universidade do Porto, mas a verdade é que começou por ser o local onde se instalou primeiro a Faculdade de Economia (Oliveira, 2013), seguindo-se-lhe outras faculdades, como a de Engenharia (Dos Santos, 2011).

Na verdade, a imprensa tem vindo a fazer referência aos muitos crimes e incivilidades que vão acontecendo nesta área de grande concentração de universidades e estudantes. Exemplos disso podem encontrar-se muito recentemente, como a informação do Jornal de Notícias (2014), em que se dá conta dos detalhes a respeito de um gangue juvenil que, integrando jovens adolescentes, estaria empenhado em espalhar o medo do crime no Pólo Universitário de Asprela.

Trata-se de uma região urbana a respeito da qual está já assumida a necessidade de se intervir com urgência nas questões da segurança, e em que circulam muitos estudantes expostos a elevados riscos.

# Enquadramento Conceptual

---

Asprela, enquanto região da cidade do Porto em que se concentram tantas universidades, apresenta uma taxa de circulação de estudantes muito elevada, sendo portanto uma área citadina com características especiais, e que importa analisar bem, através de um DLS que possibilite uma avaliação comunitária, tendo em vista a emissão de resultados conducentes a conclusões úteis, que permitam o acesso a um esquema de inteligibilidade sobre os fenómenos criminais ali presentes. É esse esquema de inteligibilidade que sustenta a edificação de programas de prevenção eficazes, aos níveis primário, secundário e terciário, não se esquecendo, obviamente, a dimensão e o impacte dos espaços físicos implicados no crime, tão bem apontados por Jeffery (1999), não devendo ser negligenciados outros elementos como os associados aos mecanismos de controlo social formal aí instalados (Hirschi, 2002).

Este estudo, à semelhança da generalidade dos DLS's, serve o propósito de levar ao maior e mais aprofundado conhecimento a respeito da comunidade em análise, perseguindo uma modalidade de avaliação dos problemas sob uma perspetiva das Ciências Sociais, para que se atinjam resultados facilitadores do trabalho que os agentes de polícia desenvolvem diariamente sobre a segurança naquela comunidade. Ora, de acordo com Kapardis (2010), a investigação científica na área das Ciências Humanas e Sociais tem vindo a ganhar influência sobre o funcionamento e as estratégias policiais, nos mais diversos contextos de atuação dessas forças. Por outro lado, a imprevisibilidade associada às dificuldades em operar em determinadas áreas urbanas muito específicas (como é o caso do Pólo Universitário de Asprela) impõe a focalização de atenção sobre os agentes de segurança (Paton, Violanti, Burke, & Gehrke, 2009) e sobre as populações e as respetivas particularidades.

Na verdade, as questões ligadas à (in)segurança carecem de uma contextualização em termos sociais, económicos e culturais (Nunes & Trindade, 2013) e, conseqüentemente, o moderno conceito de policiamento implica a consideração de uma filosofia baseada em ideias que potenciem a criação/organização de mecanismos estratégicos adequados, suportados por parcerias dinâmicas e assentes na construção do conhecimento, e essencialmente voltadas para a implementação de técnicas ancoradas na resolução dos problemas das populações (Community Oriented Policing Services, 2009). Esta será a

vertente que potenciará o estabelecimento de uma aliança colaborativa entre polícias e comunidades, num registo de observância de quatro princípios básicos (Skogan & Frydler, 2004): i) *enquadramento comunitário*, numa postura voltada para a ii) *resolução de problemas*, mediante a iii) *transformação organizacional* das próprias estruturas de controlo social, a que se deve juntar a atenção à iv) *prevenção do crime*.

Enfim, as exigências decorrentes das drásticas mudanças sentidas nas modernas sociedades, designadamente na sequência do desenvolvimento do processo de globalização (Nunes, 2010), impõem essa articulação entre polícia e cidadãos (Bengochea, Guimarães, Gomes, & Abreu, 2004), sobretudo nas grandes urbes com elevada densidade populacional (Fischer & Green, 2004), e em que circulam diariamente muitas pessoas, como é o caso do Pólo Universitário de Asprela. É essencial que se esteja atento à tendências para a instalação e desenvolvimento de padrões de crime e vitimação, que devem ser identificados para poderem ser combatidos e, preferencialmente, prevenidos.

Nessas comunidades, em que parecem ter-se instalado condições favorecedoras do crime (Nunes, 2011; Sani & Nunes, 2013; Skolnick & Bayley, 2006), deve procurar-se a contextualização da ação criminosa, através da adequação de instrumentos de avaliação desenhados para captar as especificidades de cada comunidade. Sendo esse o ponto de vista de que partiu a ideia dos DLS's, parece pertinente salientar que a própria Organização das Nações Unidas (ONU) incluiu tais análises no conjunto de princípios, que apontou como referenciais para a conjugação de respostas integradas de prevenção criminal, e que passam a apresentar-se (United Nations Office on Drugs and Crime, 2006):

i) Deve, sempre que possível, passar-se à realização de estudos que possibilitem o levantamento de diagnósticos locais sobre o crime, as suas características, os fatores que o potenciam, as formas como se manifesta e a maneira como se faz sentir;

ii) Igualmente importante é a identificação dos atores sociais envolvidos e que revelem um papel significativo, que possa contribuir para esses estudos de diagnóstico local;

iii) Em associação às alíneas anteriores, como facilmente se adivinhará, deve apostar-se no estabelecimento de mecanismos promotores/facilitadores da troca de informações, através do estabelecimento de parcerias e de estratégias consertadas;

iv) Por último, mas nem por isso menos importante, aponta-se a adoção de uma postura de procura de possíveis soluções para os problemas, sempre de forma localmente contextualizada.

Portanto, e mediante os objetivos traçados, importa atender aos domínios do crime e da segurança, através da exploração das perceções das populações a respeito do crime que ocorre e da segurança/insegurança sentidas, já que esses são elementos essenciais e que afetam as componentes social, económica e de desenvolvimento das comunidades (Carrión, 2002). No domínio da vitimação, deve aceder-se às situações sofridas pelas pessoas, uma vez que não basta fazer o levantamento da criminalidade existente, devendo atender-se, também, às vítimas desses crimes que, evidentemente, não só necessitam de apoio, como carecem de informação que as ajude a prevenir a exposição a futuras situações de vulnerabilidade e medo.

Segundo Eckert (2002), o medo afeta particularmente a vida diária das pessoas, pelo que importa percebê-lo para se definirem as medidas mais adequadas. No campo do controlo social e da garantia de segurança, é igualmente importante analisar as perceções a respeito das instituições de controlo social formal (sobretudo quando se está a averiguar uma população como a estudantil). Efetivamente, as respostas policiais ao crime podem relacionar-se com a forma como evolui o fenómeno, podendo contribuir para a instalação de uma sensação de insegurança e de medo do crime (Neme, 2005). Assim, procurar-se-á mais facilmente contribuir para a instalação de um modelo de policiamento mais adaptado à atual ideia de prevenção do crime (Skolnick & Bayley, 2006), tendo-se em consideração a especificidade da população estudantil universitária.

# Método

---

Atendendo ao que se definiu como principal objetivo a perseguir nesta análise, e tendo em consideração que este estudo será a base a partir da qual se projetará um outro, mais alargado e com uma amostra maior e com elementos dos estabelecimentos de ensino superior representados em Asprela, optou-se por um estudo baseado num inquérito, suportado pela técnica do questionário, neste caso para levantamento de dados do DLS (Sani & Nunes, 2013), anteriormente construído para este fim.

O questionário a que se recorreu constitui-se de cinco partes, a primeira das quais (parte A) relacionada com os dados sociodemográficos, logo seguida de uma segunda parte (B) em que se procura apurar a forma como é percebida a segurança naquela área urbana; posteriormente apresenta-se a terceira parte (C), centrada nas questões da vitimação para, numa quarta parte (D), se focalizar a avaliação do controlo social formal e a forma como é percebido o fenómeno criminal e o combate ao crime; por fim, a quinta e última parte (E) centra-se, essencialmente, no envolvimento dos cidadãos na resolução dos problemas da sua comunidade, bem como na sua ligação ao local onde se movem diariamente.

Foi então iniciada a parte da contribuição empírica de um estudo exploratório, descritivo, transversal, observacional e baseado no autorrelato.

# O Inquérito: Caracterização da Amostra

## A. DADOS SÓCIODEMOGRÁFICOS

Foram inquiridos, no total, 307 indivíduos (n amostral) de ambos os sexos (cf. Tabela 1), com idades compreendidas entre os 18 e os 48 anos, sendo a correspondente média de 23.4 anos, com um desvio padrão de 5.6, numa amostra multimodal em que a maior frequência de idades correspondeu aos 22, aos 21 e aos 19 anos (cf. Tabela 2).

1.1. Sexo		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Masculino	213	69.4
Feminino	94	30.6
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 1. Distribuição por frequências quanto ao sexo.

1.2. Idade		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Dos 18 aos 23	211	68.7
Dos 24 aos 29	49	16.0
Dos 30 aos 35	21	6.8
Dos 36 aos 41	8	2.6
Dos 42 aos 47	6	2.0
Dos 48 aos 53	1	0.3
Não responde	11	3.6
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 2. Distribuição por frequências quanto à idade por intervalos.

Os participantes no estudo eram todos estudantes no Porto, tratando-se de indivíduos cuja nacionalidade era maioritariamente portuguesa (97.1%), havendo também uma percentagem muito reduzida (2.9%) de indivíduos de nacionalidade estrangeira – Espanha, Brasil, Cabo Verde, França e São Tomé e Príncipe (cf. Tabela 3).

<b>1.3. Nacionalidade</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Portuguesa	298	97.1
Estrangeira	9	2.9
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 3. Distribuição por frequências quanto à nacionalidade.

Através das informações recolhidas foi possível verificar que a amostra incluiu predominantemente indivíduos solteiros (90.6%), seguindo-se o grupo dos casados ou em situação de união de facto (8.5%) e, por fim, com uma reduzida percentagem, o grupo dos indivíduos divorciados ou separados (1.0%) (cf. Tabela 4).

<b>1.4. Estado civil</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Solteiro	278	90.6
Casado/União de facto	26	8.5
Divorciado/Separado	3	1.0
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 4. Distribuição por frequências quanto ao estado civil.

Em termos de escolaridade, a amostra caracterizou-se por frequentar, predominantemente, o primeiro ano da licenciatura (26.7%), seguindo-se o segundo e o terceiro anos do mesmo ciclo de estudos. Verificou-se ainda uma prevalência do segundo ciclo, ou seja, do mestrado, com percentagens semelhantes tanto para o primeiro ano (15.6%), como para o segundo (14.3%), encontrando-se ainda uma pequena percentagem de estudantes a frequentar o doutoramento (2.3%) (cf. Tabela 5).

<b>1.5. Escolaridade</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Licenciatura – 1º Ano	82	26.7
Licenciatura – 2º Ano	68	22.1
Licenciatura – 3º Ano	57	18.6
Mestrado – 1º Ano	48	15.6
Mestrado – 2º Ano	44	14.3
Doutoramento	7	2.3
Não responde	1	0.3
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 5. **Distribuição por frequências quanto à escolaridade.**

Em relação ao estabelecimento de ensino frequentado, a maioria da amostra referiu estudar no Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP) (62.5%), seguindo-se a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP) (29.0%), e ainda a Faculdade de Desporto da Universidade do Porto (FADEUP) (8.5%) (cf. Tabela 6).

<b>1.6. Estabelecimento de Ensino Superior que frequenta</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
ISEP	192	62.5
FEUP	89	29.0
FADEUP	26	8.5
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 6. **Distribuição por frequências quanto ao estabelecimento de Ensino Superior frequentado.**

No que diz respeito ao tipo de residência (cf. Tabela 7), mais de metade dos indivíduos referiu viver em apartamento (57.0%), sendo que uma parte significativa referiu habitar numa casa, o que se entendeu por uma moradia térrea (35.5%).

<b>1.7. Tipo de habitação</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Apartamento	175	57.0
Casa	109	35.5
Outro	13	4.2
Não responde	10	3.3
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 7. Distribuição por frequências quanto ao tipo de habitação.

Já em relação à situação ocupacional dos sujeitos que participaram neste estudo, pôde constatar-se a prevalência de estudantes a tempo inteiro (74.6%), verificando-se que 25.4% exercem, simultaneamente, uma profissão (cf. Tabela 8). Nestes últimos, as engenharias surgem como sendo a área laboral mais referida (4.9%), seguindo-se o comércio (2.9%).

<b>1.8. Situação ocupacional</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Estudante	229	74.6
Trabalhador-Estudante	78	25.4
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 8. Distribuição por frequências quanto à situação ocupacional.

Quando questionados sobre com quem vivem, os participantes no estudo referiram, na sua maioria, que coabitavam com a família nuclear (de origem) (60.3%), com pares (19.9%) e ainda com a família nuclear alargada (6.8%) e família alargada (2.3%). Constatou-se ainda que, em 10.7% dos casos, os indivíduos viviam sozinhos (cf. Tabela 9).

<b>1.9. Com quem vive</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Família nuclear	185	60.3
Pares	61	19.9
Família nuclear alargada	21	6.8
Família alargada	7	2.3
<b>Total</b>	<b>274</b>	<b>89.3</b>
Não aplicável/vive só	33	10.7
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 9. Distribuição por frequências relativamente às pessoas com quem coabitam.

Os resultados acabados de revelar põem termo à caracterização da amostra pelo que, depois destas variáveis de carácter sociodemográfico, passam a apresentar-se os resultados propriamente ditos, pelo que se segue a apresentação dos valores extraídos a propósito das perceções da populaçãoestudantil, quanto à segurança/insegurança.

## B. PERCEÇÃO DE SEGURANÇA/INSEGURANÇA

Na sequência do que já tem vindo a ser afirmado ao longo deste trabalho, a percepção das populações a respeito de uma série de aspetos relacionados com as questões da in/segurança é extremamente relevante, para que se tenha uma ideia do que se passa em cada comunidade e de como se poderá delinear a atuação adequada a essas áreas e populações. Por isso, passaremos a apresentar os resultados obtidos através deste inquérito, em relação às questões mais associadas à segurança / insegurança.

As percepções que os participantes tinham, do Pólo Universitário da Asprela, permitiram-lhes revelar a presença de sentimentos de segurança (64.8%), bem como de sentimentos de insegurança (35.2%) (cf. Tabela 10).

2.1. Estuda numa área segura		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	199	64.8
Não	108	35.2
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 10. Percepção de (in)segurança.

Com base nas percepções reveladas pelos inquiridos (cf. Tabela 11), podem reproduzir-se algumas das suas verbalizações que sustentam a sensação de que se encontram a estudar numa área segura (64.8%) (e.g., “*É uma área de passagem de muita gente diariamente, logo não é fácil haver insegurança*”; “*Não existe um passado violento e crimes na zona*”). Pelo contrário, outros inquiridos consideraram que aquela zona não seria segura (35.2%), refletindo-se essa opinião em algumas das suas afirmações (e.g., “*A saída do parque de estacionamento da Portucalense está mal situada*”).

<b>2.1.a. SIM - considera ser uma área segura porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Experiência/observação	149	48.5
Controlo social informal	22	7.2
Controlo social formal	10	3.3
Por comparação com outras áreas	7	2.3
Limitada a moradores/conhecidos	1	0.3
<b>Total parcial</b>	<b>189</b>	<b>61.6</b>
<b>NÃO - considera ser uma área insegura porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Presença de crime/perigo	51	16.6
Degradação ambiental/distribuição espacial	18	5.9
Escassez/limitação de policiamento	16	5.2
Experiência/observação	13	4.2
Predominantemente noturna/menor iluminação	7	2.3
Tráfico/consumo de drogas	2	0.7
<b>Total parcial</b>	<b>107</b>	<b>34.9</b>
Não sabe/Não responde	11	3.6
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 11. Fundamentos para a percepção de (in)segurança.

A percepção de insegurança sentida por 35.2% da amostra, foi justificada (cf. Tabela 11) com a “presença de crime/perigo” (16.6%) (e.g., “Carros de colegas vandalizados nos arredores, mais do que uma vez”; “Concentração de bairros ditos perigosos”), seguindo-se a justificação ancorada na existência de “degradação ambiental/distribuição espacial” (5.9%). Com um valor próximo, surgiu ainda a “escassez/limitação de policiamento” (5.2%) (e.g., “Falta de segurança na rua”; “Há falta de policiamento no polo”) e também a insegurança por “experiência/observação” (4.2%) (“Na área à volta há vários assaltos a viaturas”). Já com uma frequência consideravelmente menor, é referida a insegurança “predominantemente noturna/menor iluminação” (2.3%) (“Estudamos num local e que há relatos (principalmente à noite) de conflitos, roubos e ‘zonas pouco seguras’”) e ainda o “tráfico/consumo de drogas” (0.7%).

No que à percepção dos inquiridos diz respeito, os mesmos revelaram a evolução da criminalidade na área onde estudam, como não tendo sofrido aumento (67.1%), enquanto 32.2% considerou a existência de crescimento do crime (cf. Tabela 12).

<b>2.2. Aumento de criminalidade na zona onde estuda</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Não	206	67.1
Sim	99	32.2
Não sabe/Não responde	2	0.7
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 12. Percepção da evolução da criminalidade.

<b>2.2.a. SIM – a criminalidade tem aumentado porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Ocorrência de roubos/assaltos	52	16.9
Problemas económicos/desemprego	21	6.8
Ineficácia da polícia/legislação	3	1.0
Ocorrência de tráfico/consumo de drogas	2	0.7
Presença de muitos problemas/conflitos	1	0.3
Mediatização	1	0.3
<b>Total parcial</b>	<b>80</b>	<b>26.0</b>
<b>NÃO – a criminalidade não tem aumentado porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Experiência/Observação	179	58.3
Controlo social formal	5	1.6
Controlo social informal	2	0.7
<b>Total parcial</b>	<b>186</b>	<b>60.6</b>
Não sabe/Não responde	41	13.4
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 13. Fundamentos para a percepção da evolução da criminalidade.

Relativamente aos indivíduos que referiram sentir um aumento no fenómeno da criminalidade (cf. Tabela 13), este foi fundamentado pela “ocorrência de roubos/assaltos” (16.9%) (“Tenho ouvido falar de assaltos a carros (inclusive de mão armada) com o objetivo de roubar PC’S”), seguindo-se os “problemas económicos/desemprego” (6.8%) (e.g., “Há

um aumento da crise e isso leva a que as pessoas tenham atitudes “menos boas” para poderem levar a sua vida”; “Causa da própria situação que o país está a passar”). Outros argumentos foram ainda apontados, embora numa percentagem significativamente inferior, como a “ineficácia da polícia/legislação” (1.0%), “ocorrência de tráfico/consumo de drogas” (0.7%) e ainda “presença de muitos problemas/conflitos” (0.3%) e “mediatização” do fenómeno (0.3%).

Por sua vez, relativamente à perceção de não aumento da criminalidade (cf. Tabela 13), podem encontrar-se argumentos baseados na “experiência/observação” (58.3%) ou ainda na constatação, por parte dos inquiridos, de que o crime não aumenta devido à existência de controlo social formal (1.6%) e de controlo social informal (0.7%).

Quanto à tipologia de crimes mais frequentemente identificada pelos inquiridos (cf. Tabela 14) destacam-se o “furto” (54.1%), denunciado por cerca de metade da amostra e, com valores muito próximos, os “danos a espaços/equipamentos públicos” (46.9%) e o “roubo” (46.3%). Seguem-se outros crimes reconhecidos como frequentes por diferentes percentagens de inquiridos, como se pode ver na tabela seguinte. Entre os “outros” crimes mencionados pelos inquiridos (1.0%), podem referir-se os “danos em viatura automóvel” e “extorsão”.

<b>2.3. Crimes que mais frequentemente ocorrem na área</b>			
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>	<b>n</b>
Furto	166	54.1	<b>307</b>
Danos a espaços/equipamentos públicos	144	46.9	
Roubo	142	46.3	
Tráfico de drogas	104	33.9	
Agressão física	90	29.3	
Crimes rodoviários	58	18.9	
Burla	32	10.4	
Assalto a estabelecimento comercial	27	8.8	
Ofensas sexuais	26	8.5	
Assalto a residência	24	7.8	
Violência doméstica contra/entre namorados/cônjuges	10	3.3	
Violência doméstica contra/entre menores	8	2.6	
Tráfico de armas	6	2.0	
Violência doméstica contra /entre idosos	5	1.6	
Desconhece / Nenhum	58	18.9	
Outros	3	1.0	

Tabela 14. Perceção dos crimes mais praticados.

Em relação aos crimes mais temidos pelos participantes neste estudo (cf. Tabela 15) destacaram-se o “roubo”, temido por 73.6%, logo seguido da “agressão física” (60.9%) e do “furto”, apontado por 59.0%. Ao analisar comparativamente os Tabelas 14 e 15, pode constatar-se a convergência/divergência de valores entre crimes mais frequentes e crimes mais temidos. Destaque-se ainda o número reduzido de indivíduos que referiram “outros” crimes temidos (0.7%), nomeadamente o homicídio, o roubo sob ameaça de arma branca e ainda o tiro à queima-roupa.

<b>2.4. Crimes mais temidos, naquela área da cidade</b>			
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>	<b>n</b>
Roubo	226	73.6	<b>307</b>
Agressão física	187	60.9	
Furto	181	59.0	
Assalto a residência	75	24.4	
Crimes rodoviários	74	24.1	
Tráfico de drogas	67	21.8	
Ofensas Sexuais	64	20.8	
Tráfico de armas	53	17.3	
Danos a espaços/equipamentos públicos	45	14.7	
Burla	32	10.4	
Violência doméstica contra/ entre idosos	21	6.8	
Violência doméstica contra/entre menores	19	6.2	
Violência doméstica contra/entre namorados/cônjuges	14	4.6	
Desconhece / Nenhum	14	4.6	
Assalto a estabelecimento comercial	13	4.2	
Outros	2	0.7	

Tabela 15. **Perceção dos crimes mais temidos.**

Parece pertinente averiguar agora as condições identificadas pelos inquiridos como sendo potencialmente favorecedoras do crime (cf. Tabela 16). As características identificadas mais frequentemente pelos sujeitos foram a “pobreza/desemprego” (62.9%), os “conflitos e delinquência juvenil” (55.4%), o “policimento deficitário” (55.0%) e ainda o “consumo de drogas/álcool” (53.7%). Outras condições foram sendo

apontadas, como pode observar-se pela análise do Tabela 16, embora com menor percentagem.

<b>2.5. Condições apontadas como favorecedoras do crime</b>			
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>	<b>n</b>
Pobreza/Desemprego	193	62.9	<b>307</b>
Conflitos e delinquência juvenil	170	55.4	
Policimento deficitário	169	55.0	
Consumo de drogas/álcool	165	53.7	
Reduzido movimento durante a noite	138	45.0	
Pouca severidade para com os ofensores	113	36.8	
Presença de pessoas estranhas	98	31.9	
Má iluminação pública	87	28.3	
Incapacidade de atuação dos agentes de autoridade	84	27.4	
Problemas familiares	66	21.5	
Maus acessos/arruamentos	51	16.6	
Ausência de espaços verdes/de lazer	29	9.4	
Desconhece/ Nenhum	10	3.3	
Outros	3	1.0	

Tabela 16. **Condições favorecedoras do crime.**

Vejam-se agora as incivildades identificadas pelos participantes no estudo como sendo frequentes no Pólo Universitário da Asprela (cf. Tabela 17).

<b>2.6. Incivildades observadas</b>			
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>	<b>n</b>
Peditórios ilegais	172	56.0	<b>307</b>
Deixar fezes de animais de companhia na via pública	160	52.1	
Dispersar lixo pela rua	144	46.9	
Estacionar de forma caótica	131	42.7	
Violar regras de trânsito	128	41.7	
Produzir ruído na via pública	117	38.1	
Urinar na via pública	102	33.2	
Desconhece / Nenhum	18	5.9	
Outros	4	1.3	

Tabela 17. **Incivildades identificadas.**

Um número considerável de participantes no estudo identificou incivildades específicas na sua comunidade, tais como “peditórios ilegais” (56.0%), “deixar fezes de animais de companhia na via pública” (52.1%), “dispersar lixo pela rua” (46.9%), “estacionar de forma caótica” (42.7%) e “violiar regras de trânsito” (41.7%). As restantes incivildades, embora com frequências de outra ordem de grandeza, apresentam-se suficientemente presentes naquela área. Destaque-se que, entre os que mencionaram “outros”, apontam-se a existência de sujeitos a viver ilegalmente em locais de estacionamento, a danificar edifícios públicos e a via pública, etc.

### C. VITIMAÇÃO

Nesta parte do relatório procura-se revelar a percentagem de indivíduos que poderá ter sido vítima de crime, no período dos últimos 5 anos, assim como obter uma estimativa, para o mesmo período temporal, do fenómeno de vitimação indireta, tentando saber se os inquiridos terão ou não pessoas conhecidas que possam ter sido alvo de algum crime, nesta região da cidade. Procura-se, também, averiguar a respeito do contacto com as autoridades e se daí resultou ou não formalização da queixa, bem como captar a maior ou menor satisfação com a atuação policial.

<b>3.1. Vítima de crime nos últimos 5 anos</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Não	261	85.0
Sim	46	15.0
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 18. Vítimas/Não vítimas de crime nos últimos 5 anos.

Do total dos inquiridos, apenas 15.0% revelou ter sido vítima de crime nos últimos 5 anos (cf. Tabela 18), sendo que todos os restantes (85.0) afirmaram não ter sofrido qualquer situação de vitimação.

Os Tabelas seguintes ilustram o tipo de crime de que alguns inquiridos terão sido vítimas, bem como algumas características relativas à situação de vitimação. Importa realçar que as respostas a seguir apresentadas são relativas ao grupo de indivíduos que afirmaram terem sido vítimas de crime (questão 3.1.), não obstante os valores percentuais apresentados terem como base de incidência o total da amostra.

Para os 261 participantes (85.0%) que afirmaram não ter sido alvo de qualquer crime, os itens das Tabelas seguintes surgem referenciados como “não aplicável”.

<b>3.1.1. Crime de que foi vítima</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Furto ao automóvel	15	4.9
Roubo	14	4.6
Tentativa de roubo	5	1.6
Furto	4	1.3
Assédio sexual	2	0.7
Ofensa à integridade física	2	0.7
Crime rodoviário	2	0.7
Violência doméstica	1	0.3
Vandalismo	1	0.3
<b>Total parcial</b>	<b>46</b>	<b>15.0</b>
Não aplicável	261	85.0
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 19. **Tipologia de crimes para a vitimação.**

Entre os crimes de que foram vítimas os 46 sujeitos desta amostra (cf. Tabela 19), o “furto ao automóvel” foi o mais representativo, revelado por 4.9% dos participantes, logo seguido do “roubo” denunciado por 4.6% dos sujeitos. A “tentativa de roubo” foi mencionada por 1.6% dos participantes vítimas de crimes, seguindo-se-lhe o “furto”, com 1.3%. De seguida, surgiram com a mesma percentagem (0.7%) os crime de “assédio sexual”, “ofensa à integridade física” e “crime rodoviário”. Por último, também com o mesmo valor (0.3%), foram reveladas ocorrências de “violência doméstica” e “vandalismo”.

<b>3.1.2. Danos sofridos pelas vítimas</b>			
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>	<b>n</b>
Danos materiais	35	11.4	<b>307</b>
Danos psicológicos	18	5.9	
Danos físicos	4	1.3	
Não aplicável	261	85.0	

Tabela 20. **Consequências da vitimação.**

Relativamente às consequências sofridas pelas vítimas (cf. Tabela 20), constatou-se que os “danos materiais” (11.4%) foram os mais frequentemente apontados (e.g., “levaram-

me um relógio, € 25.00 e um MP4”), havendo outros prejuízos referidos, como “danos psicológicos” (5.9%) (e.g. “problemas psicológicos”) e “danos físicos” (1.3%). Esta separação por categorias, obviamente, não restringe a possibilidade de haver consequências múltiplas da vitimação, existindo de facto situações em que, dependendo do tipo de crime, são apontados danos distintos.

Um inquérito que inclua uma análise à vitimação apresentará uma maior probabilidade de reconhecimento da realidade criminal, das circunstâncias associadas aos crimes, e uma compreensão da vítima, no que se refere ao contacto ou não com o sistema de controlo formal. É precisamente sobre alguns desses aspetos que nos debruçamos de seguida.

<b>3.1.3. Altura do dia em que ocorreu o crime</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Noite	27	8.8
Dia	19	6.2
<b>Total parcial</b>	<b>46</b>	<b>15.0</b>
Não aplicável	261	85.0
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 21. **Período do dia em que ocorreu o crime.**

Em termos de enquadramento temporal (cf. Tabela 21), os participantes que foram vítimas de situações criminais referiram o período noturno (8.8%) como aquele em que mais frequentemente ocorreram as situações criminais. A ocorrência de crimes de dia foi indicada por 6.2% das vítimas.

<b>3.1.4. Local em que ocorreu o crime</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Na rua	33	10.7
Outro local: Estabelecimento de ensino	10	3.3
Parque de estacionamento das faculdades	3	1.0
<b>Total parcial</b>	<b>46</b>	<b>15.0</b>
Não aplicável	261	85.0
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 22. **Local de ocorrência do crime.**

De acordo com os participantes que foram alvo de uma experiência de vitimação, a “rua” (10.7%) foi o local mais frequentemente apontado (cf. Tabela 22). Outros locais específicos foram ainda indicados, como os “estabelecimentos de ensino” (3.3%) seguindo-se do “parque de estabelecimento das faculdades” (1.0%),

<b>3.1.5. Nessa altura a vítima encontrava-se:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Sozinho	22	7.2
Acompanhado	17	5.5
<b>Total parcial</b>	<b>39</b>	<b>12.7</b>
Não sabe	7	2.3
Não aplicável	261	85.0
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 23. Situação da vítima, quanto a estar só ou acompanhado.

Por altura da ocorrência, a maioria dos participantes (7.2%) encontrava-se “Sozinho”, 5.5% estava “Acompanhado” e 2.3% não soube precisar qual seria a situação aquando da ocorrência (cf. Tabela 23).

<b>3.1.6. O ofensor era:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Estranho	25	8.1
Conhecido	2	0.7
<b>Total parcial</b>	<b>27</b>	<b>8.8</b>
Não sabe	19	6.2
Não aplicável	261	85.0
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 24. Relação ofensor - vítima.

Na análise à proximidade relacional ofensor-vítima, verificou-se que o autor do crime era sobretudo “estranho” à vítima (8.1%) (cf. Tabela 24), e para 6.2% dos participantes não foi possível essa identificação.

Importa agora saber se as ocorrências mencionadas resultaram em contactos com as autoridades policiais e se, desse mesmo contacto, resultou a formalização da queixa.

<b>3.1.7. Contactou as autoridades</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Não	24	7.8
Sim	22	7.2
<b>Total parcial</b>	<b>46</b>	<b>15.0</b>
Não aplicável	261	85.0
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 25. **Contacto / não contacto com as autoridades.**

Pela Tabela 25 é possível constatar que o contacto com as autoridades foi realizado por 7.2% dos participantes, sendo que a maioria (7.8%) não contactou a polícia. Os motivos subjacentes a qualquer das decisões podem ser apreciados no Tabela seguinte.

<b>3.1.7.a. SIM - contactou as autoridades porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Vale a pena	9	2.9
Confia	4	1.3
Pela Seguradora	3	1.0
Outro	6	2.0
<b>Total parcial</b>	<b>22</b>	<b>7.2</b>
<b>NÃO - não contactou as autoridades porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Não vale a pena	17	5.5
Medo	3	1.0
Falta de tempo	1	0.3
Outro	3	1.0
<b>Total parcial</b>	<b>24</b>	<b>7.8</b>
Não aplicável	261	85.0
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 26. **Motivos para o contacto /não contacto com as autoridades.**

O motivo que mais justifica o contacto dos participantes com as autoridades (cf. Tabela 26) foi o facto de os inquiridos acharem que “vale a pena” (2.9%), seguindo-se 2.0% os participantes que mencionou “outros” motivos (e.g., “Dever cívico”; “Para a policia ter conhecimento dos delitos cometidos na zona”). Uma pequena percentagem (1.3%) referiu

que “confia” nas autoridades e, por último, 1.0% referiu que contactou as autoridades “pela seguradora”.

No respeitante aos motivos que levaram a que algumas das vítimas não contactassem os agentes de segurança (cf. Tabela 26), verificámos que a maioria dos participantes (5.5%) considerou que “não vale a pena” fazê-lo. Com a mesma percentagem (1.0%) surgiram os inquiridos que mencionaram que não contactaram as autoridades por “Medo” e por “outros” motivos (e.g., “*Falta de tempo e receio que volte acontecer*”; “*Não havia maneira de saber quem era*”). Note-se que 1 dos inquiridos mencionou a “falta de tempo”.

<b>3.1.8. Formalizou oficialmente a queixa</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Não	26	8.5
Sim	20	6.5
<b>Total parcial</b>	<b>46</b>	<b>15.0</b>
Não aplicável	261	85.0
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 27. Formalização/Não formalização da queixa.

Desse contacto com as autoridades policiais (cf. Tabela 27) resultaram 20 formalizações da queixa (6.5%) e 26 dos participantes optaram pela não formalização (8.5%).

<b>3.1.8.a. SIM- formalizou a queixa porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Recuperação dos pertences	5	1.6
Dever enquanto cidadão	3	1.0
Devido aos danos sofridos	2	0.7
Para se fazer justiça	2	0.7
Para dar conhecimento às autoridades	2	0.7
Identificação do autor do crime	2	0.7
Seguradora	1	0.3
Por medo	1	0.3
Detenção do agressor	1	0.3
Para contribuir para as estatísticas	1	0.3
<b>Total parcial</b>	<b>20</b>	<b>6.6</b>

  

<b>NÃO - não formalizou a queixa porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Não vale a pena/falta de tempo	17	5.5
Dificuldade em identificar o indivíduo	2	0.7
Falta de provas	1	0.3
Crime habitual	1	0.3
Não foi necessário	1	0.3
Falta de confiança nas autoridades	1	0.3
<b>Total parcial</b>	<b>23</b>	<b>7.4</b>
Não sabe/Não responde	3	1.0
Não aplicável	261	85.0
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 28. **Motivos para a formalização/não formalização da queixa.**

As justificações para a formalização oficial da queixa junto das autoridades (cf. Tabela 28) foram várias, entre as quais se destaca a “recuperação dos pertences” (1.6%), seguindo-se o “dever enquanto cidadão” (1.0%). Para outros participantes, com uma percentagem de 0.7%, a formalização da queixa ocorreu “devido aos danos sofridos”, “para se fazer justiça”, “dar conhecimento às autoridades” e “identificar o autor do crime”. Com uma percentagem menor (0.3%), de acordo com os inquiridos, a formalização deveu-se à “seguradora”, ao “medo”, à necessidade de “detenção do agressor”, e apenas para “contribui para as estatísticas”.

Já em relação aos que contactaram as autoridades e decidiram não formalizar oficialmente a queixa (cf. Tabela 28), a maioria (5.5%) mencionou que “não valia a pena/falta de tempo”. Seguiram-se os que mencionaram “dificuldade em identificar o indivíduo”, “falta de provas”, “crime habitual”, “não foi necessário”, e “falta de confiança nas autoridades”.

<b>3.1.9. Medidas tomadas pelas autoridades</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Contactado para prestar declarações	1	0.3
Detenção do suspeito	1	0.3
Formalização da queixa	1	0.3
Anulação da medida aplicada ao agressor	1	0.3
Nenhuma/Desconhece	16	5.2
<b>Total parcial</b>	<b>20</b>	<b>6.4</b>
Sem formalização da queixa	26	8.5
Não aplicável	261	85.0
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 29. Perceção das medidas tomadas pelas autoridades.

De acordo com a perceção dos participantes, um número considerável (5.2%) referiu que nenhuma medida (ou pelo menos o sujeito desconhece) foi tomada pelas autoridades para resolver a situação reportada, seguindo-se de outras ações que se traduziram em “contactado para prestar declarações”, “detenção do suspeito”, “formalização da queixa”, e “anulação da medida aplicada ao agressor” (cf. Tabela 29).

<b>3.1.10. Satisfação/Insatisfação com essas medidas</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Não	19	6.2
Sim	1	0.3
<b>Total parcial</b>	<b>20</b>	<b>6.5</b>
Sem formalização da queixa	26	8.5
Não aplicável	261	85.0
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 30. (In)satisfação face às medidas tomadas pelas autoridades.

Relativamente às medidas que os participantes consideraram ter sido tomadas pelas autoridades, dos 20 inquiridos nessa situação, 19 indicaram não estarem satisfeitos (6.2%) e apenas 1 referiu estar satisfeito (0.3%) (cf. Tabela 30).

<b>3.1.10.a. SIM- satisfeito com as medidas das autoridades porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Eficácia policial	1	0.3
<b>Total parcial</b>	<b>1</b>	<b>0.3</b>
<b>NÃO - insatisfeito com as medidas das autoridades porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Falta de eficácia das autoridades	4	1.3
Prioridade a outro tipo de crimes	1	0.3
Não identificação do agressor	1	0.3
Ausência de recuperação dos pertences	1	0.3
Falta de policiamento	1	0.3
Nenhuma/Desconhece	11	3.6
<b>Total parcial</b>	<b>19</b>	<b>6.2</b>
Sem formalização da queixa	26	8.5
Não aplicável	261	85.0
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 31. **Motivos para a (in)satisfação com as medidas tomadas.**

O participante que formalizou a queixa e se mostrou satisfeito com as medidas tomadas pelas autoridades, argumentou com base na “eficácia policial” (cf. Tabela 31).

A insatisfação manifestada pelos participantes quanto às medidas tomadas pelas autoridades (cf. Tabela 31) ficou a dever-se, essencialmente, à “falta de eficácia das autoridades” (1.3%), à “prioridade a outros tipos de crimes” (0.3%), à “não identificação do agressor”, “ausência de recuperação dos pertences” e “falta de policiamento”. Para além disso, 3.6% mencionou que nenhuma medida de que tivesse conhecimento teria sido tomada pelas autoridades.

A experiência de vitimação pode afetar-nos também indiretamente (*vitimação indireta*), quando alguém próximo é vítima de crime. Neste sentido questionámos os participantes

deste estudo sobre se conheciam alguém que tivesse sido alvo de crime nos últimos 5 anos, naquela região urbana.

<b>3.2. Vitimação indireta nos últimos 5 anos</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Sim	154	50.2
Não	153	49.8
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 32. Pessoas conhecidas vítimas de crime nos últimos 5 anos.

Verificámos que 154 participantes (50.2%) afirmaram conhecer alguém que tivesse passado por uma experiência de vitimação criminal (cf. Tabela 32). Os restantes 49.8% referiram não conhecer ninguém que tenha passado por essa situação. A este último grupo não são aplicáveis as restantes questões. O valor percentual das respostas é apresentado atendendo ao total da população amostral.

<b>3.2.a Relação do participante com a vítima</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Amigo(a)/Conhecido/Colega	132	43.0
Familiar	5	1.6
Namorado (a)/Cônjuge/ Companheiro (a)	2	0.7
<b>Total parcial</b>	<b>139</b>	<b>45.3</b>
Não sabe/Não responde	15	4.9
Não aplicável	153	49.8
<b>Total/n</b>	<b>184</b>	<b>100.0</b>

Tabela 33. Relação participante - vítima (vitimação indireta).

Dos participantes que referiram conhecer pessoas que tinham sido vítimas de crime, 132 referiram ser “Amigo(a)/Conhecido(a)/Colega”, 5 dos inquiridos mencionaram ser um “familiar” (1.6%), e 2 sujeitos indicaram ser “Namorado(a)/Cônjuge/Companheiro(a)” (0.7%) (cf. Tabela 33).

<b>3.2.1. Crime sofrido pela vítima</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Roubo	71	23.1
Furto no interior da viatura	63	20.5
Furto	4	1.3
Ofensas à integridade física	3	1.0
Tentativa de roubo	3	1.0
Assalto à residência	2	0.7
Tentativa de violação	2	0.7
Violação	1	0.3
Assédio sexual	1	0.3
Carjacking	1	0.3
Rapto	1	0.3
Homicídio	1	0.3
Stalking	1	0.3
<b>Total parcial</b>	<b>154</b>	<b>50.2</b>
Não aplicável	153	49.8
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 34. **Tipologia de crimes sofridos pelas vítimas (vitimação indireta)**

Na descrição das tipologias de crimes de que terão sido vítimas as pessoas conhecidas de alguns participantes (cf. Tabela 34), o “roubo” foi o crime apontado como mais frequente, com uma percentagem de 23.1% de sujeitos, logo seguido do “furto no interior da viatura” (20.5%). Com valores mais reduzidos seguiram-se o “furto” (1.3%), as “ofensas à integridade física” (1.0%), a “tentativa de roubo” (1.0%), o “assalto à residência” (0.7%), a “tentativa de violação” (0.7%), a “violação” (0.3%), o “assédio sexual” (0.3%), o “carjacking” (0.3%), o “rapto” (0.3%), o “homicídio” (0.3%) e o “stalking” (perseguição por um indivíduo com tentativa de diálogo) (0.3%).

<b>3.2.2. Danos sofridos pela vítima</b>			
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>	<b>N</b>
Danos materiais	129	42.0	<b>307</b>
Danos psicológicos	49	16.0	
Danos físicos	30	9.8	
Não aplicável	153	49.8	

Tabela 35. **Consequências da vitimação (vitimação indireta)**

No âmbito da vitimação indireta, foi referido pelos inquiridos que as pessoas suas conhecidas terão sofrido sobretudo danos materiais (42.0%) (e.g., “*vidro partido e roubo de automóvel*”) (cf. Tabela 35). Outros prejuízos foram os “danos psicológicos” (16.0%) (e.g., “*trauma, receio de andar sozinho*”) e os “danos físicos” (9.8%) (e.g., “*agressão física*”).

<b>3.2.3. Altura do dia em que ocorreu o crime</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Noite	82	26.7
Dia	61	19.9
<b>Total parcial</b>	<b>143</b>	<b>46.6</b>
Não sabe	11	3.6
Não aplicável	153	49.8
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 36. Período do dia em que ocorreu o crime (vitimação indireta).

De acordo com os inquiridos, foi no período da noite (26.7%) que ocorreu a maioria dos crimes de que foram vítimas os conhecidos dos participantes deste estudo (cf. Tabela 36). O período do dia foi assinalado por 19.9% dos participantes e ainda, 3.6% dos inquiridos, não soube precisar em que altura do dia ocorreu o crime

3.2.4. Local em que ocorreu o crime		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Na rua	119	38.8
Em casa	2	0.7
Outro local: Instituições de ensino	15	4.9
Parque de estacionamento das faculdades	4	1.3
Transportes públicos	3	1.0
Parque de estacionamento fora das faculdades	2	0.7
Estação do metro	2	0.7
Paragem do autocarro	1	0.3
Perto das faculdades	1	0.3
Loja comercial	1	0.3
Bairro S. Tomé	1	0.3
<b>Total parcial</b>	<b>151</b>	<b>48.8</b>
Não sabe/Não responde	3	1.0
Não aplicável	153	49.8
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 37. Local de ocorrência do crime (vitimação indireta).

É possível constatar o predomínio de situações de vitimação ocorridas “na rua”, revelado por 38.8% dos participantes, sendo que apenas 0.7% dos sujeitos indicou que o crime ocorreu “em casa”. Para além disso, 30 sujeitos indicaram que o crime havia acontecido em “outro local”, como as “instituições de ensino”, seguindo-se com 1.3% o “parque de estacionamento das faculdades” e, com 1.0%, os “transportes públicos” (cf. Tabela 37).

3.2.5. Nessa altura a vítima encontrava-se		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sozinha	67	21.8
Acompanhado	37	12.1
<b>Total parcial</b>	<b>104</b>	<b>33.9</b>
Não sabe	49	16.0
Omissões	1	0.3
Não aplicável	153	49.8
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 38. Situação da vítima, quanto a estar só ou acompanhada (vitimação indireta).

A vítima conhecida de alguns dos sujeitos que integraram a amostra, no momento do crime, encontrava-se “sozinha (21.8%). Já para 12.1% as vítimas estavam acompanhadas e 16.0% não soube precisar com quem a vítima se encontrava na altura do crime (cf. Tabela 38).

<b>3.2.6. O ofensor era:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Estranho	99	32.2
<b>Total parcial</b>	<b>99</b>	<b>32.2</b>
Não sabe	55	17.9
Não aplicável	153	49.8
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 39. **Relação ofensor - vítima (vitimação indireta).**

A relação ofensor-vítima (cf. Tabela 39) foi igualmente analisada para a vitimação indireta, tendo-se verificado que a maioria dos ofensores era “estranho” (32.2).

<b>3.2.7. A vítima conhecida contactou as autoridades</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Sim	73	23.8
Não	26	8.5
<b>Total parcial</b>	<b>99</b>	<b>32.2</b>
Não sabe	55	17.9
Não aplicável	153	49.8
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 40. **Contacto/Não contacto com as autoridades (vitimação indireta).**

Relativamente ao contacto feito pela vítima com as autoridades, a maioria (23.8%) referiu que os seus conhecidos contactaram autoridades, 8.5% mencionou que a vítima optou por não contactar a polícia, e 17.9% indicou não saber se a vítima havia contactado ou não as forças policiais (cf. Tabela 40).

<b>3.2.7.a. SIM – a vítima contactou as autoridades porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Vale a pena	25	8.1
Seguradora	11	3.6
Confia	9	2.9
Medo	3	1.0
Outros	13	4.2
<b>Total parcial</b>	<b>61</b>	<b>19.8</b>
<b>NÃO - a vítima não contactou as autoridades porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Não vale a pena	22	7.2
Não confia	2	0.7
Falta de tempo	1	0.3
<b>Total parcial</b>	<b>25</b>	<b>8.1</b>
Omissões	13	4.2
Não sabe	55	17.9
Não aplicável	153	49.8
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 41. **Motivos para o contacto / não contacto com as autoridades (vitimação indireta).**

Algumas razões que estiveram na base do contacto com as autoridades policiais (cf. Tabela 41) foram, principalmente, porque “vale a pena” (8.1%), devido à seguradora (3.6%), porque “confia” (2.9%) no trabalho das autoridades ou, ainda, por outros motivos (4.6%) (e.g. necessitou de ser hospitalizado; tentar reaver as suas coisas). No entanto, outros consideraram que a opção de não contacto poderia estar associada à ideia de que “não vale a pena” (7.2%), por “medo” (1.0) “não confia” (0.7%) ou por “falta de tempo” (0.3%). Refira-se que 13 dos participantes omitiram a resposta a esta questão, não especificando os motivos pelos quais a vítima terá contactado (ou não) as autoridades.

<b>3.2.8. Formalizou oficialmente a queixa</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Sim	44	14.3
Não	4	1.3
<b>Total parcial</b>	<b>48</b>	<b>15.6</b>
Não sabe	80	26.1
Sem contato com polícia	26	8.5
Não aplicável	153	49.8
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 42. Formalização/Não formalização da queixa (vitimação indireta).

Relativamente à formalização da queixa podemos verificar que das 14.7% de pessoas refriu tê-lo feito, ao contrário de 1.3% que não formalizou a queixa e 26.1% que simplesmente não soube precisar (cf. Tabela 40).

<b>3.2.8.a. SIM- formalizou a queixa porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Para encontrarem os pertences	5	1.6
Dever enquanto cidadão	4	1.3
Fazer justiça	2	0.7
Seguradora	2	0.7
Detenção do agressor	2	0.7
Dar conhecimento às autoridades	2	0.7
Identificação do autor do crime	2	0.7
Para contribuir para as estatísticas	2	0.7
Devido aos danos sofridos	1	0.3
Reparar os danos materiais	1	0.3
Investigação do caso	1	0.3
Devido à ocorrência do crime	1	0.3
Para prevenir	1	0.3
<b>Total parcial</b>	<b>26</b>	<b>8.5</b>
<b>NÃO - não formalizou a queixa porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Não vale a pena/falta de tempo	2	0.7
Medo	1	0.3
<b>Total parcial</b>	<b>3</b>	<b>1.0</b>
Sem contato com polícia/ sem formalização da queixa	30	9.8
Omissões	19	6.2
Não sabe	80	26.1
Não aplicável	153	49.8
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 43. **Motivos para a formalização/não formalização da queixa (vitimação indireta).**

A formalização oficial da queixa serviu vários objetivos, nomeadamente, “para encontrarem os seus pertences” (1.6%), e o “dever enquanto cidadão” (1.3%). Com percentagens menores surgiram motivos como para “fazer justiça”, devido à “seguradora” (0.7%), para “detenção do agressor”, para “dar conhecimento às autoridades” (0.7%), para “identificação do autor do crime” (0.7%), “para contribuir para as estatísticas”, “recuperar os danos sofridos”, “investigação do caso”, “para prevenir” e “devido à ocorrência do crime” (cf. Tabela 43).

As razões para a não formalização da queixa passaram por “não vale a pena/falta de tempo” (0.7%) e “medo” (0.3%) (cf. Tabela 43).

<b>3.2.9. Medidas tomadas pelas autoridades</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Registo da ocorrência	6	2.0
Tentativa de deteção do suspeito	5	1.6
Caso arquivado	2	0.7
Resolução do caso	2	0.7
Reconhecimento do suspeito	2	0.7
Investigação criminal	2	0.7
Encaminhamento para o Tribunal de menores	1	0.3
Recuperação dos pertences	1	0.3
Nenhuma/desconhece	10	3.3
<b>Total parcial</b>	<b>31</b>	<b>10.1</b>
Sem contato com polícia + Sem formalização da queixa	30	9.8
Omissões	13	4.6
Não sabe	80	26.1
Não aplicável	153	49.8
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 44. **Perceção das medidas tomadas pelas autoridades (vitimação indireta).**

Tendo em consideração o grupo de inquiridos que mencionou que houve formalização da queixa, procurou-se averiguar qual teria sido a perceção das vítimas a respeito das medidas tomadas pelas autoridades (cf. Tabela 44). A esse respeito, verificou-se que 2.0% referiu “registo da ocorrência” (e.g., “*registo da ocorrência*”), 1.6% mencionou “tentativa de deteção do suspeito” (e.g., “*visionamento das filmagens, mas não foi possível identificar o assaltante*”). Com a mesma percentagem (0.7%), os inquiridos mencionaram “caso arquivado” (e.g., “*arquivo do caso*”) “resolução do caso”, “reconhecimento do suspeito” (e.g., “*Identificaram o sujeito*”) e “investigação criminal” (e.g., “*para que se proceda à investigação*”).

Por último, com uma percentagem menor (0.3%), surgiu o “encaminhamento para o Tribunal de menores” e a “recuperação dos pertences”. De referir ainda que 3.6% mencionou desconhecer alguma medida que tenha sido tomada.

### 3.2.10. A vítima ficou satisfeita/Insatisfeita com essas medidas

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sim	2	0.7
Não	23	7.5
<b>Total parcial</b>	<b>25</b>	<b>8.2</b>
Sem contato com polícia + Sem formalização da queixa	30	9.8
Não sabe	41	13.4
Omissões	58	18.9
Não aplicável	153	49.8
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 45. (In)satisfação face às medidas tomadas pelas autoridades (vitimação indireta).

Procurou-se perceber o grau de (in)satisfação com as medidas supramencionadas (cf. Tabela 45), tendo-se apurado que, dos 44 que terão formalizado a queixa, 2 terão ficado satisfeitos com a atuação da polícia (0.7%) e 23 terão ficado insatisfeitos (7.5%).

#### 3.2.10.a. SIM- satisfeito com as medidas das autoridades porque:

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Foi feita justiça	1	0.3
Empenho da polícia	1	0.3
<b>Total parcial</b>	<b>2</b>	<b>0.6</b>

#### NÃO- insatisfeito com as medidas das autoridades porque:

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Não resolução do problema	11	3.6
Falta de eficácia das autoridades	4	1.3
Não identificação do agressor	3	1.0
Nenhuma/desconhece	2	0.7
<b>Total parcial</b>	<b>20</b>	<b>6.6</b>
Sem contato com polícia + Sem formalização da queixa	30	9.8
Não sabe	3	1.0
Omissões	99	32.3
Não aplicável	153	49.8
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 46. Motivos para a (in)satisfação com as medidas tomadas (vitimação indireta).

Os 2 participantes que mencionaram satisfação com as medidas tomadas pelas autoridades justificaram referindo que “foi feita justiça” (0.3%) e porque houve “empenho da polícia” (0.3%) (e.g., “*houve iniciativas imediatas, apesar de não darem resultados*”). Os indivíduos que referiram insatisfação com as medidas tomadas, a maioria sublinhou a “não resolução do problema” (e.g., “*não conduziram a nenhuma resultado*”), 1.3% referiu a “falta de eficácia das autoridades” (e.g., “*porque não fizeram nada*”) 1.0% mencionou a “não identificação do agressor” e 0.7% referiu desconhecer tais.

## D. CONTROLO SOCIAL

O controlo social formal e os seus mecanismos geram, naturalmente, representações específicas na população que, assim, acaba por fazer uma atribuição de significados, sobretudo, àqueles que atuam no sentido de garantir esse controlo. Por isso, é imperativo que, numa avaliação deste cariz, se procurem captar as perceções das populações em relação ao posicionamento e à atuação dos agentes de segurança e das instituições a que aqueles pertencem.

Ora, esta parte do questionário permitiu aceder a informações relacionadas com a forma como as forças de segurança são percebidas pelos indivíduos pertencentes a esta comunidade. Assim, no que diz respeito à forma como é percebida a atuação dos agentes de autoridade, cerca de 30.6% considerou que os agentes trabalham de forma a garantir a segurança, “sempre” ou “quase sempre”. No entanto, é importante salientar que, numa percentagem superior (45.9%), os inquiridos consideraram que os agentes de polícia “nunca” ou “quase nunca” fazem tudo para garantir a segurança naquela área da cidade. Verifica-se ainda que uma pequena percentagem (23.5%) referiu não saber ou simplesmente optou por não responder (cf. Tabela 47).

<b>4.1. Os agentes de autoridade garantem segurança</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Sempre	7	2.3
Quase sempre	87	28.3
Quase nunca	109	35.5
Nunca	32	10.4
<b>Total parcial</b>	<b>235</b>	<b>76.6</b>
Não sabe/ Não responde	72	23.5
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 47. **Perceções da ação dos agentes de autoridade.**

Vejam-se agora (cf. Tabela 48), os argumentos que os inquiridos apresentaram para sustentar a opinião revelada anteriormente, a respeito da atuação policial no sentido de garantir a segurança das populações locais. No que se refere aos que afirmaram que os agentes fazem tudo para garantir a segurança “sempre” ou “quase sempre” (cf. Tabela 47), revelaram que haveria “esforço, com limitação de condições” (15.6%) por parte das forças

policiais (e.g., “Acredito que os agentes de segurança façam o seu melhor, mas por vezes são poucos”). Outros (7.8%) alegaram haver “suficiente policiamento” (e.g., “*Porque frequentemente há carros de patrulha nas ruas*”) e 2.3% dos inquiridos afirmou que os agentes de polícia apresentam “disponibilidade de apoio”.

<b>4.1.1. SEMPRE OU QUASE SEMPRE - agentes garantem a segurança porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Esforço, com limitação de condições	48	15.6
Suficiente policiamento	24	7.8
Disponibilidade de apoio	7	2.3
<b>Total parcial</b>	<b>79</b>	<b>25.7</b>
<b>QUASE NUNCA OU NUNCA - agentes não garantem a segurança porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Défice/Limitação de policiamento	115	37.5
Ineficácia do controlo social formal	22	7.2
Existência de corrupção/degradação	1	0.3
Ausência de conhecimento de crimes	3	1.0
<b>Total parcial</b>	<b>141</b>	<b>46.0</b>
Não sabe/Não responde	87	28.3
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 48. **Fundamentação das perceções da ação dos agentes de autoridade.**

No que diz respeito aos inquiridos que afirmaram que os agentes “nunca” ou “quase nunca” fazem tudo para garantir segurança (cf. Tabela 47), um número considerável de indivíduos (37.5%) alegou a existência de “défice/limitação de policiamento” (e.g., “*Vejo algumas patrulhas aqui por perto de vez em quando*”), sendo que alguns dos restantes sustentaram a sua opinião com a “ineficácia do controlo social formal” (7.2%) (e.g., “*Acho que infelizmente a maior parte dos agentes de segurança não se querem meter em problemas*”) e 28.3% dos inquiridos acabou por não especificar o que estaria na base da sua perceção (cf. Tabela 48).

No que respeita à questão sobre a satisfação em relação à atuação dos agentes de autoridade, verificou-se que uma pequena percentagem de inquiridos (5.2%) se manifestou “muito satisfeito”, sendo que 22.5% revelou satisfação. No entanto, importa

salientar que a maioria dos participantes na amostra referiu estar “pouco satisfeito” com a atuação policial (30.6%), enquanto 21.8% declarou estar “nada satisfeitos” com essa atuação (cf. Tabela 49).

<b>4.2. Grau de satisfação em relação à atuação dos agentes de segurança.</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Muito satisfeito	16	5.2
Satisfeito	69	22.5
Pouco satisfeito	94	30.6
Nada satisfeito	67	21.8
<b>Total parcial</b>	<b>246</b>	<b>80.1</b>
Não sabe/Não responde	61	19.9
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 49. Grau de (in)satisfação quanto à ação dos agentes de autoridade.

Vejamos como os diferentes graus de satisfação em relação à atuação policial foram sendo fundamentados pelos inquiridos (cf. Tabela 50). Entre as justificações, encontram-se as que sustentam a satisfação dos inquiridos, por considerarem que há uma “atuação proactiva/disponibilidade” (7.5%), “eficácia/ eficiência na atuação” dos polícias (5.9%), “formação/experiência” (2.0%) e “prontidão de respostas” (1.3%). Algumas das verbalizações dos inquiridos são reveladoras das suas perceções (e.g., “*Acho que quando é necessário atuarem, fazem-no de uma forma satisfatória*”; “*Existe um bom policiamento da minha zona de residência*”).

Já entre os inquiridos que responderam estar “pouco satisfeitos” ou “nada satisfeitos” com a atuação da polícia (cf. Tabela 50), um número muito significativo (32.6%) referiu a “escassez/limitação de policiamento” como fundamento para a sua insatisfação ou reduzida satisfação. A “inércia/ineficácia” da polícia foi apontada por 10.1% e, em percentagens muito menores, outros inquiridos alegaram as “respostas/recursos mínimos”, a “atuação reativa ou por conveniência”, a “formação/experiência insuficiente” das forças policiais e ainda a “imagem depreciativa” e a “ausência de conhecimentos de crimes”. A ilustrar este grupo de opiniões extraídas dos participantes neste estudo, apresentam-se algumas das suas verbalizações (e.g., “*Deviam estar sempre presentes para*

prevenir estas situações”; “Os acontecimentos dos últimos meses não tiveram nenhuma resposta policial”; “Não existe policiamento regular”).

<b>4.2.1. MUITO SATISFEITO OU SATISFEITO- satisfação em relação à atuação dos agentes de segurança porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Atuação proactiva / Disponibilidade	23	7.5
Eficácia / Eficiência na atuação	18	5.9
Formação / Experiência	6	2.0
Prontidão de respostas	4	1.3
<b>Total parcial</b>	<b>51</b>	<b>16.7</b>
<b>POUCO SATISFEITO OU NADA SATISFEITO- insatisfação em relação à atuação dos agentes de segurança porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Escassez / Limitação de policiamento	100	32.6
Inércia/Ineficácia	31	10.1
Atuação reativa ou por conveniência	6	2.0
Formação / Experiência insuficiente	4	1.3
Imagem depreciativa	1	0.3
Ausência de conhecimento de crimes	1	0.3
Respostas/ Recursos mínimos	18	5.9
<b>Total parcial</b>	<b>161</b>	<b>52.5</b>
Não sabe / Não responde	95	30.4
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 50. **Fundamentação da (in)satisfação quanto à ação dos agentes de autoridade.**

Questionados sobre o eventual recurso à ajuda de colegas, amigos ou vizinhos, os inquiridos responderam (cf. Tabela 51) que o faziam “sempre” (20.5%) que necessário, “quase sempre” (28.0%), “quase nunca” (14.7%) ou “nunca” (35.8%). Note-se que um número elevado de sujeitos referiu nunca apelar ao apoio dos seus colegas, amigos ou vizinhos, sendo consideravelmente reduzidas as percentagens daqueles que recorrem a esse apoio em situação de necessidade.

#### 4.3. Frequência com que os sujeitos recorrem à ajuda de colegas, amigos ou vizinhos

<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Sempre	63	20.5
Quase sempre	86	28.0
Quase nunca	45	14.7
Nunca	110	35.8
<b>Total Parcial</b>	<b>304</b>	<b>99.0</b>
Não sabe/Não responde	3	1.0
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 51. Frequência do recurso ao apoio de colegas, amigos ou vizinhos.

Veja-se (cf. Tabela 52) como os inquiridos foram argumentando para fundamentar o recurso, ou não, à ajuda dos seus colegas, amigos ou vizinhos.

#### 4.3.1. SEMPRE OU QUASE SEMPRE – recorre à ajuda de colegas, amigos ou vizinhos porque:

<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Confiança / Proximidade	49	16.0
Solidariedade/Apoio	38	12.4
Necessidade	19	6.2
Preferência pelo apoio informal	11	3.6
<b>Total parcial</b>	<b>117</b>	<b>38.2</b>

#### QUASE NUNCA OU NUNCA- não recorre à ajuda de colegas, amigos ou vizinhos porque:

<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Inexistência de necessidade	114	37.1
Desconfiança / Afastamento	4	1.3
Preferência pelo apoio formal	3	1.0
Evitamento de incómodo causado a outros	2	0.7
Inexistência de solidariedade/apoio	1	0.3
<b>Total parcial</b>	<b>124</b>	<b>40.4</b>
Não sabe / Não responde	66	21.5
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 52. Fundamentação do recurso ao apoio de colegas, amigos ou vizinhos.

Assim, entre os que responderam recorrer “sempre” ou “quase sempre” à ajuda de colegas, amigos ou vizinhos (cf. Tabela 51), 16.0% referiu fazê-lo pela existência de “confiança/proximidade”, sendo que 12.4% alegou a existência de “solidariedade/apoio”, 6.2% mencionou fazê-lo por “necessidade” ao contrário de 3.6% que referiu “preferência pelo apoio informal” (cf. Tabela 52).

Já os inquiridos que haviam respondido “nunca” ou “quase nunca” fazerem uso do apoio de colegas, amigos ou vizinhos, um número considerável (37.1%) apontou a “inexistência de necessidade” para o fazer e, em número bem mais reduzido, alguns outros alegaram “desconfiança/afastamento” (1.3%), “preferência pelo apoio formal” (1.0%) e, outros ainda, apontaram motivos como “evitamento de incómodo causado a outros” e “inexistência de solidariedade/apoio”.

No que diz respeito à frequência com que os inquiridos recorreram à ajuda de entidades locais de apoio, verificou-se a tendência predominante para não apelar a essa ajuda “nunca” (59.9%) ou “quase nunca” (22.8%), contrariamente a outros que responderam “sempre” (5.9%) ou “quase sempre” (9.8%), sendo claramente visível que este tipo de apoio é procurado por poucos sujeitos desta comunidade (cf. Tabela 53). Vejamos, de seguida, como os participantes neste estudo fundamentaram as suas respostas a respeito da eventual solicitação de apoio a entidades locais.

<b>4.4. Frequência de solicitação de ajuda a entidades locais</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Sempre	18	5.9
Quase sempre	30	9.8
Quase nunca	70	22.8
Nunca	184	59.9
<b>Total parcial</b>	<b>302</b>	<b>98.4</b>
Não sabe / Não responde	5	1.6
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 53. **Frequência do recurso a entidades locais de apoio.**

De acordo com o observável na Tabela 54, dos sujeitos que responderam recorrer ao apoio de entidades formais “sempre” ou “quase sempre”, 5.9% justificou a sua resposta pelo facto de preferir o apoio formal, sendo que outros referiram não sentir, ou não terem

sentido alguma vez, essa necessidade de ajuda (4.2%). Em menor número, os participantes referiram recorrer a essa ajuda dada a “existência/acessibilidade de entidades” (1.0%) (e.g., “*Se tiver algum problema, certamente que o mais correto seja contactar as entidades competentes*”) e ainda por motivos como a “confiança/eficácia de respostas” (e.g., “*Acho que as autoridades estão mais preparadas para a resolução deste tipo de problemas*”).

<b>4.4.1. SEMPRE OU QUASE SEMPRE – recorre a entidades locais porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Preferência pelo apoio formal	18	5.9
Existência de necessidade	13	4.2
Existência/Acessibilidade de entidades	3	1.0
Confiança/Eficácia de respostas	1	0.3
<b>Total parcial</b>	<b>35</b>	<b>11.4</b>
<b>QUASE NUNCA OU NUNCA - não recorre a entidades locais porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Inexistência de necessidade	162	52.8
Inexistência/Inacessibilidade das entidades	21	6.8
Desconfiança / Ineficácia de respostas	13	4.2
Preferência pelo apoio informal	2	0.7
<b>Total parcial</b>	<b>198</b>	<b>64.5</b>
Não sabe / Não responde	74	24.1
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 54. **Fundamentação do recurso ao apoio de entidades locais.**

Já no que se refere aos que afirmaram não recorrer a tais apoios, pode ver-se (cf. Tabela 54) que uma elevada percentagem dos inquiridos explicou essa atitude com a “inexistência de necessidade” (52.8%), enquanto os restantes participantes apresentaram outras justificações, como a “inexistência/inacessibilidade das entidades” (6.8%) (e.g., “*São poucas as entidades de apoio a atuar na área*”) a “desconfiança/ineficácia de respostas” (4.2%) ou com a “preferência pelo apoio informal” (0.7%). Note-se ainda que 24.1% dos inquiridos acabou por não apresentar qualquer justificação, para uma ou para outra posição, relativamente ao possível apoio por parte de entidades locais.

No que se refere às entidades às quais os inquiridos afirmam ter já apelado, solicitando algum tipo de apoio, veja-se a Tabela seguinte.

<b>4.4.2. Entidades a que recorre</b>			
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>	<b>n</b>
Autoridades (GNR, PJ, PSP)	27	8.8	<b>307</b>
Entidades/ Serviços Académicos	5	1.6	
Seguranças privados	4	1.3	
Serviços de saúde (INEM)	1	0.3	
Apoio informal	1	0.3	
Omissões	60	19.5	
Não responde	52	16.9	
Não Aplicável	162	52.8	

Tabela 55. **Recurso a entidades formais.**

No que se refere às entidades às quais os inquiridos afirmaram ter já apelado, solicitando algum tipo de apoio, verificou-se um maior apelo a entidades como os órgãos de polícia (PJ, PSP e GNR), Entidades/Serviços Académicos, empresas de segurança privada, entre outros (cf. Tabela 55).

Para melhor se perceber até que ponto os inquiridos eram suficientemente conhecedores daquela região, e se estariam suficientemente enquadrados na comunidade, é pertinente que se passe à apresentação dos resultados referentes à parte do envolvimento comunitário.

## E. PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

A participação e o envolvimento comunitários são aspetos muito reveladores sobre o que se poderá estar a passar numa determinada comunidade, para além de fornecerem informação a respeito do possível compromisso, por parte da população local, quanto à colaboração na implementação de medidas estratégicas de mudança, e quanto à eventual cooperação com as forças de controlo social formal. Evidentemente, trata-se de uma importante componente a não descurar, se se procura a definição de modelos que se coadunem com as mais modernas modalidades de garantia de segurança.

Por isso, esta parte começa por averiguar há quanto tempo os inquiridos estudam na área em análise para, ao longo desta última etapa de apresentação dos resultados, se passarem a analisar as questões mais ou menos associadas à ligação entre cada indivíduo e a comunidade em que se insere.

A partir dos dados recolhidos, constatou-se que a maioria dos inquiridos (58.6%) estuda no Pólo Universitário da Asprela há 3 anos ou menos, verificando-se ainda que uma percentagem considerável (33.6%) estuda naquela zona 4 a 6 anos (cf. Tabela 56).

<b>5.1. Anos de estudo</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
3 Anos ou menos	180	58.6
4 a 6 Anos	103	33.6
7 a 9 Anos	17	5.5
10 Anos ou mais	7	2.3
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 56. Anos de estudo no Pólo Universitário da Asprela.

## 5.2. Mudanças para melhorar a qualidade de vida naquela área

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	n
Mais policiamento/Segurança/Justiça mais eficaz	121	39.4	307
Mais espaços verdes/lazer	83	27.0	
Mais estacionamento	53	17.3	
Menos poluição sonora e ambiental	41	13.4	
Prevenção criminal/droga/Melhores políticas sociais	37	12.1	
Reabilitação urbana/Maior quantidade ou qualidade de equipamentos	36	11.7	
Mais iluminação	35	11.4	
Mais comércio/Mais infraestruturas e serviços	30	9.8	
Mais educação rodoviária/Menos trânsito	28	9.1	
Educação/Civismo	16	5.2	
Mais transportes	15	4.9	
Mais serviços/Apoio social formal	7	2.3	
Mais população/turistas/movimento	6	2.0	
Menos prostituição	2	0.7	
Mais postos de trabalho	1	0.3	

Tabela 57. Mudanças percebidas para melhoria da qualidade de vida.

Tal como pode observar-se no Tabela 57, cerca de 40% dos inquiridos referiu a existência de “mais policiamento/segurança/justiça mais eficaz” como um elemento que contribuiria para a melhoria da qualidade de vida das populações. Em menor número, seguiram-se outras medidas como “mais espaços verdes/lazer” (27.0%), “mais estacionamento” (17.3%), “menos poluição sonora e ambiental” (13.4%) e “prevenção criminal/droga/melhores políticas sociais” (12.1%). Repare-se que outras medidas foram sendo apontadas, muito embora com frequências menores, como pode constatar-se através da observação da Tabela 57.

Já no que se refere às mudanças sugeridas pelos inquiridos no sentido de que houvesse mais segurança no local onde estudam (cf. Tabela 58), vejam-se os resultados que se seguem.

### 5.3. Mudanças para aumentar a segurança naquela área

Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	n
Mais policiamento/Segurança/Justiça mais eficaz	198	64.5	307
Mais iluminação	56	18.2	
Prevenção criminal/droga/Melhores políticas sociais	28	9.1	
Mais comércio/Mais infraestruturas e serviços	9	2.9	
Reabilitação urbana/Maior quantidade ou qualidade de equipamentos	9	2.9	
Mais serviços/Apoio social formal	9	2.9	
Mais população/turistas/movimento	7	2.3	
Mais educação rodoviária/Menos trânsito	6	2.0	
Mais espaços verdes/lazer	5	1.6	
Menos poluição sonora e ambiental	4	1.3	
Mais transportes	4	1.3	
Mais estacionamento	4	1.3	
Educação/Civismo	12	3.9	

Tabela 58. Mudanças percebidas para aumentar a segurança.

Refira-se (cf. Tabela 58) que, sob o ponto de vista dos inquiridos, entre as medidas que permitiriam o aumento da segurança naquela área, destacou-se a opção “mais policiamento/segurança/justiça mais eficaz”, apontada por 64.5% dos participantes neste estudo. Com percentagens menores, refira-se a necessidade de “mais iluminação” (18.2%) e a aposta na “prevenção criminal/droga/melhores políticas sociais” (9.1%) Ainda através da observação da Tabela 58, pode verificar-se que há uma série de elementos considerados como importantes para aumentar a segurança na zona de estudo dos inquiridos, embora tenham sido referidos com frequências consideravelmente menores.

Passemos agora a apresentar os resultados obtidos quando se questionaram os inquiridos a respeito da sua disposição para colaborar, no sentido de contribuírem para o aumento da segurança naquela área específica (cf. Tabela 59). Dos resultados, destaca-se a percentagem de sujeitos dispostos a colaborar “quase sempre” (40.7%), logo seguida pela

disposição de colaborar “sempre” (33.6%). Os restantes indivíduos referiram a disposição de “quase nunca” colaborar (18.9%) ou de “nunca” prestarem qualquer colaboração (6.8%).

<b>5.4. Disposição para colaborar no sentido de que haja mais segurança</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Sempre	103	33.6
Quase sempre	125	40.7
Quase nunca	58	18.9
Nunca	21	6.8
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 59. Disposição para colaborar/não colaborar no sentido da maior segurança.

Para as respostas obtidas sobre a maior ou menor disposição para colaborar, foram solicitadas informações sobre o porquê das opções em cooperar ou não para um aumento da segurança (cf. Tabela 60).

<b>5.4.1. SEMPRE OU QUASE SEMPRE - disposto a colaborar porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Colaboração comunidade/autoridades	51	16.6
Alertando para algo suspeito	46	15.0
Como fosse necessário	42	13.7
Patrulhamentos/Milícias populares	6	2.0
<b>Total parcial</b>	<b>145</b>	<b>47.3</b>
<b>QUASE NUNCA OU NUNCA - não disposto a colaborar porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Não tem tempo/ saúde/capacidades	49	16.0
É o trabalho das autoridades	18	5.9
<b>Total parcial</b>	<b>67</b>	<b>21.9</b>
Não sabe/Não responde	95	30.9
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 60. Fundamentação para colaborar/não colaborar com as autoridades.

Observando a Tabela 60, pode constatar-se que, dos sujeitos dispostos a colaborar “sempre” ou “quase sempre” para obtenção de mais segurança, 16.6% referiu fazê-lo através da colaboração entre a comunidade e as autoridades, seguindo-se a colaboração através da chamada de atenção da polícia para algo menos regular, ou seja, “alertando para algo suspeito”. Outros não deixaram muito claro como o fariam, alegando que agiriam “como fosse necessário” (13.7%) e, outros ainda, constituiriam “patrulhamentos/milícias populares” (2.0%), num registo que oscila entre a autodefesa e a justiça pelas próprias mãos.

Já os que afirmaram não estar na disposição de colaborar, respondendo “quase nunca” ou “nunca” (cf. Tabela 60), consideraram não ter tempo, saúde nem capacidades para tal colaboração – “não tem saúde/tempo/capacidades” (16.0%). Note-se que, embora numa percentagem reduzida (5.9%), alguns inquiridos referiram que “é o trabalho das autoridades”, como motivo para não estarem na disposição de colaborar.

Já no que se refere à ligação com o local onde atualmente estudam, os inquiridos foram questionados sobre a força ou intensidade desse mesmo vínculo (cf. Tabela 61).

<b>5.5. Força de ligação com o local onde estuda</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Muito forte	54	17.6
Forte	135	44.0
Pouco forte	98	31.9
Nada forte	19	6.2
<b>Total parcial</b>	<b>306</b>	<b>99.7</b>
Não sabe/Não responde	1	0.3
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 61. **Presença / Ausência de ligação do indivíduo ao local onde estuda atualmente.**

A observação dos valores que constam do Tabela 61 permite verificar que perto de metade da amostra (44.0%) afirmou ter uma ligação “forte” àquele local, e 31.9% garantiu ter um vínculo “pouco forte”. Pelo contrário, 17.6% dos sujeitos classificou a sua ligação

à comunidade como “muito forte”, e 6.2% disse ter uma ligação que classificava como “nada forte”.

A fim de melhor se perceberem as respostas dadas à questão acabada de explorar, passou-se à busca das razões que poderiam estar subjacentes à maior ou menor ligação dos sujeitos ao local onde estudam (cf. Tabela 62).

<b>5.5.1. MUITO FORTE OU FORTE - ligação ao local onde estuda porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Gosto/Orgulho pelo local de estudo	111	36.2
Reside ali há muito tempo	53	17.3
Nasceu/Cresceu ali	2	0.7
<b>Total parcial</b>	<b>166</b>	<b>54.2</b>
<b>POUCO FORTE OU NADA FORTE - não ligação ao local onde estuda porque:</b>		
<b>Respostas</b>	<b>Frequência Absoluta</b>	<b>Frequência Relativa (%)</b>
Ligação apenas por necessidade	88	28.7
Reside ali há pouco tempo	6	2.0
Más condições/problemas	4	1.3
Desconfiança das pessoas	1	0.3
<b>Total parcial</b>	<b>99</b>	<b>32.3</b>
Não sabe/Não responde	42	13.7
<b>Total/n</b>	<b>307</b>	<b>100.0</b>

Tabela 62. **Fundamentação para a existência/ausência de sentimentos de pertença à comunidade.**

Assim, e de acordo com o que pode observar-se na tabela 62, as explicações dadas por aqueles que consideraram ter uma ligação “forte” ou “muito forte” ao local onde estudam, recaíram em grande número sobre o “gosto/orgulho pelo local de estudo” (36.2%), seguindo-se a ideia de viver ali há muito tempo (17.3%).

Já em relação aos que afirmaram que a sua ligação ao local de estudo era “pouco forte” ou “nada forte”, os argumentos apresentados passaram pela “ligação apenas por necessidade” àquele local (28.7%), seguindo-se, com percentagens muito inferiores, o

facto de residirem ali há pouco tempo (2.0%) e ainda as “más condições/problemas” existentes (1.3%) e a “desconfiança nas pessoas” (0.3%) (cf. Tabela 62).

Após a apresentação de todos os resultados obtidos, é chegado o momento de se passar à sua análise reflexiva, para que se chegue a conclusões que permitam perceber o que ali se passa, e apresentar sugestões para melhorar as condições de segurança daquela comunidade.

# Análise Reflexiva dos Resultados

---

Este estudo apontou para resultados vários que merecem uma atenção especial, impondo-se uma análise interpretativa desenvolvida à luz dos pressupostos teóricos que, na primeira parte deste relatório, se foram revelando a respeito das questões de segurança/insegurança. Assim, muito embora a literatura não apresente estudos a este respeito em Portugal, a verdade é que os aspetos associados à segurança/insegurança das populações têm sido explorados e podem ser aqui chamados à discussão.

Tenhamos em consideração, não apenas os resultados encontrados, mas também as próprias características sociodemográficas da amostra, que acabam por ser também muito reveladoras. De facto, perto de 70% dos participantes no estudo eram do sexo masculino e, saliente-se, também perto de 70% tinha menos de 24 anos de idade e, cerca de 68%, estava a frequentar um dos anos da licenciatura. Ora, pode depreender-se que esta amostra se constitui de estudantes muito jovens e que se encontram nos seus primeiros anos de frequência da universidade, o que certamente terá influência nas perceções mais frequentemente apresentadas. Na verdade, tais características podem ter algum impacte na forma como os factos são percebidos e nas respostas que mais se encontram nos resultados obtidos.

No que se refere à área urbana em causa, encontrou-se o predomínio da perceção de segurança, mas não em valores que se distanciassem tanto quanto seria desejável dos referentes à perceção de insegurança. Efetivamente, uma frequência não muito elevada mas algo significativa de sujeitos revelou a perceção de estudar numa área urbana insegura, com um número considerável de indivíduos a justificarem essa perceção pela “presença de crime/perigo”. Pode extrair-se daqui a ideia de que esta perceção poderá ter alguma relação com o facto de vários crimes ali ocorridos terem sido alvo de atenção por parte da comunicação social, como se referiu na parte introdutória deste trabalho, o que, a par de outras variáveis, parece levar à instalação de uma sensação de insegurança. Por outro lado, essa sensação pode também derivar da própria distribuição espacial e das características dos espaços físicos que, em algumas zonas de Asprela e segundo critérios definidos por autores que se enquadram na linha de pensamento de Jeffery (1999), podem estar a contribuir para a ocorrência criminal e, porque não dizê-lo, podem estar a gerar essa sensação de pouca segurança, entre os que ali se movem diariamente. Aliás, a

segunda justificação mais frequente para essa percepção de insegurança é precisamente a existência de problemas ao nível da “degradação ambiental/distribuição espacial”, o que remete para os autores que, na linha de Jeffery, apontam os espaços como elementos de potenciação/prevenção criminal. Então, segundo esta lógica, pode dizer-se que a avaliação aos espaços e a subsequente intervenção nos mesmos constituem medidas a adotar para melhorar a percepção dos estudantes e para prevenir a ocorrência criminal nesta região.

Evidentemente, e atendendo aos espaços e à forma como os mesmos serão supervisionados, devem contemplar-se os aspetos relacionados com o controlo social formal, de que faz parte o policiamento. Tais fatores foram também sendo apontados, quer como justificção para a percepção de insegurança, quer no âmbito das condições identificadas como favorecedoras do crime, quer ainda como elementos de explicação para a insatisfação com as medidas e a atuação policiais, ao longo dos resultados obtidos nas diversas partes do questionário.

Ora, esta frequente referência às questões do policiamento, e da sua maior ou menor eficácia, remetem para os princípios apontados por Skogan e Frydler (2004) em relação ao policiamento atual, assim como para a ideia de uma ponte de permanente e dinâmica ligação entre polícia e cidadãos (Cf. Bengochea, Guimarães, Gomes, & Abreu, 2004). Portanto, pode inferir-se a importância de se verificar uma atenção redobrada sobre o modelo de policiamento adotado e as suas particularidades, tendo em conta a especificidade desta comunidade da cidade do Porto.

Prosseguindo com a análise crítica aos resultados alcançados, constatou-se que os crimes mais frequentemente observados naquela região urbana, de acordo com os estudantes do Pólo Universitário de Asprela, foram o furto, os danos a espaços/equipamentos públicos e o roubo, com valores percentuais muito próximos. No entanto, importa salientar que os crimes mais temidos por essa população estudantil são o roubo, seguido da agressão física e depois do furto. Então, os crimes mais temidos não são absoluta e forçosamente coincidentes com os que mais frequentemente ocorrem, pelo menos de acordo com os resultados deste estudo. Daqui pode inferir-se que, como facilmente se percebe e já antes foi sendo afirmado, nem sempre há coincidência entre a ocorrência de crime e o medo que se instala relativamente ao mesmo.

Tendo em conta estes resultados, é facilmente perceptível a necessidade de se perceber que o medo do crime não se resolve apenas com o combate ao mesmo, mas também com uma atuação que permita à população perceber estratégias que reduzam as probabilidades de que ocorram os crimes mais temidos. Esta e outras conclusões que se podem daqui extrair levam-nos a perceber que há necessidade de medidas integradas que envolvam a comunidade e que sejam claramente visíveis para a população. De facto, esta última parece ter necessidade de sentir que algo estará a ser feito pela segurança na sua área de pertença. Os programas comunitários de prevenção, sendo pensados nos moldes ditados pelas avaliações antes desenvolvidas, poderão ter aqui um efeito muito positivo. Desde que, obviamente, sejam resultado de avaliações cientificamente ancoradas, sendo também alvo de análises à sua eficácia, com igual fundamentação científica.

Um dos elementos que, não constituindo necessariamente crime, acaba por estar intimamente relacionado com o medo do mesmo, parecendo potenciar a sua ocorrência, é a observação de incivildades. Também estas carecem de uma vigilância apertada, com vista à sua redução, dado o dano que a incivildade produz aos níveis ambiental, comportamental e relacionado com o medo do crime. Efetivamente, a partir do que foi sendo revelado pelos inquiridos, pode verificar-se que as incivildades mais frequentemente sentidas como presentes pelos estudantes do Pólo Universitário de Asprela foram, primeiramente, a existência frequente de peditórios ilegais, nos quais os inquiridos incluíram os chamados “moedinhas” ou “arrumadores de carros”.

Curiosamente, imediatamente a seguir foi apontado um comportamento muito comum nas nossas cidades, como o facto de se deixarem as fezes dos animais de estimação nas ruas e, logo depois, os inquiridos apontaram o ato de dispersar lixo nas ruas. Para além dos crimes que têm sido descritos pela imprensa escrita no Pólo Universitário de Asprela, têm sido também apontadas as incivildades que se praticam naquela área da cidade. Estas ações encontram-se, como se sabe (Jeffery, 1999), entre as que acabam por levar à degradação dos espaços que, indubitavelmente, se associam à ocorrência criminal. Também por isso, e em conjugação com a revisão dos espaços físicos, deve haver um esforço no sentido de se implementar um programa de intervenção comunitária que integre medidas como o *empowerment* das populações residentes, e até das mais flutuantes como a estudantil. A comprovar essa necessidade de transmissão de conhecimento acompanhado de um desenvolvimento de competências, está o facto de

alguns dos estudantes referirem não cooperar nas questões de segurança com as autoridades policiais, por considerarem que esse será um trabalho exclusivo da polícia, o que é indicador de uma desresponsabilização que não se enquadra no contexto atual. É ainda de salientar que, no que aos espaços diz respeito, não basta atalhar os comportamentos que os degradam, sendo imperativa a sua revisão, de forma a que se repensem soluções, não necessariamente dispendiosas mas nem por isso menos eficazes, que contribuam para prevenção criminal, ao invés de potenciarem tais comportamentos. O imperativo da vigilância e da atuação policiais foi sendo sempre revelado como importante, o que faz com que nos voltemos para as questões do controlo social formal (Hirschi, 2002). Ora, quando inquiridos a respeito, 15% dos sujeitos referiu ter sido vítima de crime nos últimos anos no Pólo Universitário de Asprela, sendo que os crimes mais sofridos foram roubo e furto automóvel. Essas ocorrências deram-se quer durante a noite quer de dia, essencialmente na rua e, note-se, das vítimas, perto de metade não chegou a contactar as autoridades por considerar, principalmente, não valer a pena. Esta ideia foi surgindo não muito frequentemente, mas com uma frequência não desprezável e, obviamente, pouco desejável, numa postura de descrença face às autoridades e às medidas por elas tomadas. Refira-se que, quando questionados a respeito, alguns inquiridos apontaram a não satisfação com as medidas policiais, justificando tal resposta com a sua ineficácia.

Na verdade, também no relato referente à vitimação indireta, porque observada nos outros, o que se verificou foi um número elevado de sujeitos que conheciam quem tivesse sido vítima de crime naquele contexto nos últimos anos, repetindo-se com frequência a ideia de que não teria valido a pena contactar as autoridades policiais, num registo de descrença muito generalizado.

Estas e outras respostas ao questionário conduzem-nos até aspetos desde há muito apontados por certos autores (Paton, Violanti, Burke, & Gehrke, 2009) e encaminham-nos para a ideia de que o policiamento de proximidade tem de ser adaptado às necessidades, recursos e características de cada comunidade, não podendo nem devendo ser apenas mais um modelo aplicado invariável e cegamente às diferentes populações da cidade. Afinal, é um imperativo que o policiamento do século XXI seja efetivamente voltado para a resolução de problemas, como refere a Community Oriented Policing Services (2009).

Os programas de prevenção / intervenção comunitária devem ser ancorados em análises científicas (Kapardis, 2010), comunitárias e focalizadas nas especificidades das populações (Sani & Nunes, 2013; Skolnick & Bayley, 2006), numa modalidade de raciocínio que obedeça ao salientado pela United Nations Office on Drugs and Crime (2006), e que seja desenvolvida de molde a contemplar a devida contextualização histórica, cultural, social e económica (Nunes & Trindade, 2013).

Ao nível do que ao controlo social formal diz respeito, as perceções foram no sentido prevalente de não haver perceção de que os agentes de polícia façam tudo para garantir a segurança das populações. Pelo contrário, essa perceção apontou para que os agentes nunca (ou quase nunca) façam de tudo para assegurar a segurança das populações, sendo que entre as justificações mais vezes apontadas foram referentes ao défice/limitação de policiamento, bem como à ineficácia sentida no policiamento e na atuação policial. Associada a estas respostas está a perceção dos estudantes relativamente ao grau de satisfação com a atuação policial no Pólo Universitário de Asprela. A esse respeito, perto de metade da amostra revelou-se pouco ou nada satisfeita, com justificações para tal insatisfação centradas novamente no deficitário policiamento e na inércia/ineficácia das forças policiais e das respetivas ações.

É um facto que as polícias têm vindo a aderir a modelos de policiamento mais eficazes e de maior proximidade às populações, procurando garantir a sua segurança como elemento essencial ao bom desenvolvimento comunitário (Carrión, 2002), atendendo aos problemas locais (Skolnick & Bayley, 2006), procurando conter o medo do crime e as suas consequências nefastas (Eckert, 2002; Neme, 2005), e articulando com as Ciências Sociais, como se verifica através do desenvolvimento dos Diagnósticos Locais de Segurança que se têm realizado num esforço conjunto entre o OPVC e o Comando Metropolitano da PSP do Porto. Não obstante, tais mudanças não têm sido percebidas como significativas, pelo menos entre os estudantes universitários, já que apontam em número considerável uma perceção de ineficácia.

Também por esta constatação se pode depreender que se impõe a necessidade de se abrirem vias de comunicação entre as forças de controlo social formal e as populações, para o que a criação de relações efetivas, com pontes de ligação e articulação com parceiros comunitários que se envolvam nestas questões.

\*\*\*

Em suma, importa salientar as limitações de um estudo que, sendo exploratório, apenas pretende abrir portas e traçar caminhos para o desenho e a planificação de uma análise mais profunda e alargada, que inclua estudantes das diversas universidades e das múltiplas faculdades que se encontram instaladas em Asprela.

Deste estudo, pode depreender-se a necessidade de se avançar com uma avaliação centrada na análise das perceções dos estudantes, junto de uma amostra mais representativa, a que se deve juntar a avaliação dos espaços, cuja importância, não só tem vindo a ser enfatizada por diversos autores em contexto internacional, como foi apontada, direta e indiretamente, pelas respostas dos inquiridos neste estudo.

Acresce ainda a conclusão de que há necessidade de se atender mais a aspetos paisagísticos e arquitetónicos no âmbito da prevenção criminal nesta área urbana, pelo que se impôs a necessidade de se criar uma ferramenta para registo e mapeamento de locais cujos espaço e distribuição parecem favorecer a ocorrência de crime.

Como foi já referido, parece ser evidente que, com base nos resultados que se consigam extrair da investigação mais alargada que se realizará a partir desta, impõe-se a criação de um programa de intervenção comunitária, cientificamente pensada e aplicável através da planificação de atividades conjuntas e complementares de diferentes técnicos, a par das ações consertadas e implementadas pelos poderes locais e pelas forças de segurança. Tais programas, para além de carecerem de uma planificação estruturada e ancorada na ciência, exigem a reavaliação conducente à comparação entre objetivos definidos e alcançados, entre resultados esperados e obtidos, a fim de que se faça uma correta e objetiva ponderação da eficácia das medidas tomadas.

Inquestionável será o imperativo de traçar estas medidas de forma articulada e com envolvimento comunitário, tendo em consideração os parceiros, as associações locais, as associações de estudantes e as figuras representativas da população residente, a fim de que se verifique uma real aproximação à população e uma indubitável atuação centrada nos problemas locais. Entre as medidas mais específicas, saliente-se a necessidade de se contar com a colaboração de um observatório permanente que vá monitorizando a região, em articulação com núcleos de estudantes e com os responsáveis pela segurança das díspares universidades e faculdades, criando-se uma equipa que, em conjugação com o OPVC, proceda a essa monitorização acrescida da implementação do programa

multidisciplinar, de que constem recursos de áreas tão diversas quanto úteis nestas questões do crime, como a Psicologia, a Criminologia, a Engenharia, a Informática, e a Sociologia.

Por último, e para que se clarifique este aspeto da eficácia das medidas, convém ter a consciência de que apenas com um real funcionamento multidisciplinar, em que investigação científica e investigação criminal andem de mãos dadas, será possível fazer a diferença. O policiamento de proximidade tem de passar das palavras para a sua plena concretização, para que surta efeitos, e isso implica técnica e ciência, prática e contextualização teórica, cruzamento de saberes e articulação de experiências.

# Referências

---

- Bengochea, J., Guimarães, L., Gomes, M. & Abreu, S. (2004). A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. *São Paulo em Perspectiva*, 18 (1), 119-131.
- Carrión, F. (2002). *Entre el crimen y el castigo. Seguridad ciudadana y control democrático en America Latina y el Caribe*. República Dominicana: Nueva Sociedad.
- Cohen, L. & Felson, M. (1979). Social change and crime rate trends: a routine activity approach. *American Sociological Review*, 44, 588-608.
- Community Oriented Policing Services. (2009). *Community policing defined*. Washington, DC: US Department of Justice. Disponível em <http://www.cops.usdoj.gov/files/RIC/Publications/e030917193-CP-Defined.pdf>
- Direcção Geral de Administração Interna (2009). *Manual de diagnósticos locais de segurança. Uma compilação de normas e práticas internacionais* (M. Correia, Trad.). Lisboa: Ministério da Administração Interna. Disponível em <http://www.dgai.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/Manual%20Diagnosticos%20Locais%20de%20Seguranca.pdf>
- Dixon, D. & Maher, L. (2004). Containment, quality of life and crime reduction: policy transfers in the policing of heroin market. In T. Newman & R. Sparks (Eds.). *Criminal justice and political cultures. National and international dimensions of crime control* (pp. 234-265). Devon: Willan Publishing.
- Dos Santos, C. (2011). *História da Universidade do Porto*. Porto: Universidade do Porto Editorial.
- Eckert, C. (2002). Cultura do medo e as tensões de viver a cidade: narrativa e trajectória de velhos moradores de Porto Alegre. In S. Minayo, & C. Coimbra (Eds.). *Antropologia, saúde e envelhecimento* (pp. 73-102). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Fischer, R. & Green, G. (2004). *Introduction to security* (7ª Ed.). Amsterdam: Butterworth-Heinemann.

- Hindelang, M., Gottfredson, M., & Garofalo, J. (1978). *Victims of personal crime: An empirical foundation for a theory of personal victimization*. Cambridge, MA: Ballinger. <http://www.ncjrs.gov/App/publications/abstract.aspx?ID=47665> (ABSTRACT)
- Hirschi, T. (2002). *Causes of delinquency* (With a new introduction by the author). New Jersey: Transaction Publishers.
- Jeffery, R. (1999). *CPTED: past, present, and future*. Paper presented in 4<sup>th</sup> Annual International CPTED Association Conference. Ontario: Canada.
- Jornal de Notícias (2014). *Gangue juvenil espalha medo no pólo universitário do Porto*. Jornal de Notícias de 06/06/2014. [http://www.jn.pt/PaginaInicial/Justica/interior.aspx?content\\_id=3959645](http://www.jn.pt/PaginaInicial/Justica/interior.aspx?content_id=3959645).
- Kapardis, A. (2010). *Psychology and law. A critical introduction* (3th Ed.). Cambridge: Cambridge University Press.
- Neme, C. (2005). Violência e segurança: um olhar sobre a França e o Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, 25, 123-137.
- Nunes, L. (2010). O crime da globalização e a globalização do crime. *Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*, 7, 402-410.
- Nunes, L. (2011). *Droga-Crime: (Des)Construções*. Porto: Edições UFP.
- Nunes, L. & Trindade, J. (2013). *Criminologia: trajetórias transgressivas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- Oliveira, V. (2013). *A evolução das formas urbanas de Lisboa e do porto nos séculos XIX e XX*. Porto: Universidade do Porto Editorial.
- Paton, D., Violanti, J., Burke, K. & Gehrke, A. (2009). *Traumatic stress in police officers: a career-length assessment from recruitment and retirement*. Illinois: Charles C Thomas.
- Sani, A. & Nunes, L. (2013). *Crime e vitimação. Polícia e análise de comunidades urbanas*. Porto: Edições UFP.

Skogan, W., & Frydler, K. (2004). *Fairness and effectiveness in policing: the evidence*. Washington, DC: National Academies Press.

Skolnick, J., & Bayley, D. (2006). *Policamento comunitário* (A. Pinheiro, Trad.). São Paulo: EDUSP. (Original publicado em 1988).

United Nations Office on Drugs and Crime. (2006). *Compendium of United Nations standards and norms in crime prevention and criminal justice*. New York: United Nations.